

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	20
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.226.546.622
Preferenciais	0
Total	3.226.546.622
Em Tesouraria	
Ordinárias	30.940.270
Preferenciais	0
Total	30.940.270

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	125.796.725	124.855.996
1.01	Ativo Circulante	25.921.108	23.385.913
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.008.724	6.538.941
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	108.576	78.523
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	7.900.148	6.460.418
1.01.03	Contas a Receber	9.851.714	10.082.818
1.01.04	Estoques	1.684.262	1.404.872
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.784.929	2.906.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.784.929	2.906.835
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	269.865	335.171
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.515.064	2.571.664
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.867.090	1.891.448
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	724.389	560.999
1.01.08.03	Outros	724.389	560.999
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	106.645	100.293
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	54.472	7.605
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	143.606	106.279
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	73.977	85.324
1.01.08.03.06	Outros Ativos	336.694	252.737
1.01.08.03.07	Bens Destinados a Venda	8.995	8.761
1.02	Ativo Não Circulante	99.875.617	101.470.083
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.722.734	6.451.321
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	52.950	40.934
1.02.01.04	Contas a Receber	446.475	241.571
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.604.819	2.414.356
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	49.874	58.952
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.568.616	3.695.508
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	646.558	614.267
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.683.339	2.647.422
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	30.996	6.147
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	72.301	97.511
1.02.01.10.07	Outros Ativos	135.422	330.161
1.02.02	Investimentos	2.782.834	2.631.934
1.02.02.01	Participações Societárias	2.782.834	2.631.934
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.617.421	2.452.418
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	165.413	179.516
1.02.03	Imobilizado	44.190.418	45.591.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.445.539	30.652.510
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.213.345	12.961.852
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.531.534	1.977.415
1.02.04	Intangível	46.179.631	46.795.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	125.796.725	124.855.996
2.01	Passivo Circulante	28.017.519	24.082.749
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.139.148	1.171.475
2.01.01.01	Obrigações Sociais	720.091	568.166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	419.057	603.309
2.01.02	Fornecedores	9.548.666	9.479.701
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.749.317	1.562.667
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	646.571	510.779
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	191.438	94.989
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	455.133	415.790
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.036.689	992.477
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	66.057	59.411
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.071.062	5.239.087
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	250.064	227.226
2.01.04.02	Debêntures	141.762	150.438
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.679.236	4.861.423
2.01.05	Outras Obrigações	8.063.154	5.047.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	139.122	145.706
2.01.05.02	Outros	7.924.032	4.901.548
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.682.523	2.774.544
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	83.936	52.533
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	851.475	711.283
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.325	27.325
2.01.05.02.07	Reembolso aos Acionistas - Redução de Capital	4.055.053	91.093
2.01.05.02.08	Grupamento e Desdobramento de Ações	824.036	824.723
2.01.05.02.09	Outros Passivos	399.684	420.047
2.01.06	Provisões	2.446.172	1.582.565
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.759.528	1.540.615
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	105.630	79.768
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	658.401	659.582
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	925.409	745.614
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	70.088	55.651
2.01.06.02	Outras Provisões	686.644	41.950
2.01.06.02.05	Passivo Contingente	658.089	0
2.01.06.02.06	Provisão para Multas de Cancelamento de Contratos de Arrendamento	28.555	41.950
2.02	Passivo Não Circulante	32.149.936	32.051.504
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.246.832	13.705.531
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.214.603	1.212.043
2.02.01.02	Debêntures	2.000.000	2.000.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	10.032.229	10.493.488
2.02.02	Outras Obrigações	9.947.277	8.593.561
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	795	830
2.02.02.02	Outros	9.946.482	8.592.731
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	43.940	35.428

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	7.721.438	6.510.998
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	53.620	79.953
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	780.937	749.758
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	260.135	227.612
2.02.02.02.08	Outros Passivos	1.086.412	988.982
2.02.03	Tributos Diferidos	4.101.698	4.180.926
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.101.698	4.180.926
2.02.04	Provisões	4.711.782	5.445.770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.741.635	3.893.710
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.736.399	1.889.227
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	327.410	302.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	654.613	683.712
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.023.213	1.018.311
2.02.04.02	Outras Provisões	970.147	1.552.060
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	415.073	409.928
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	555.074	1.142.132
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	142.347	125.716
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	142.347	125.716
2.03	Patrimônio Líquido	65.629.270	68.721.743
2.03.01	Capital Social Realizado	56.071.416	60.071.416
2.03.02	Reservas de Capital	-371.190	-110.078
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-164	-164
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	-434.100	-172.988
2.03.04	Reservas de Lucros	8.754.977	8.735.352
2.03.04.01	Reserva Legal	4.426.814	4.426.814
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	454.117	434.492
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.017.587	-1.017.587
2.03.04.10	Reserva para Remuneração aos Acionistas e Investimentos	4.891.633	4.891.633
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.139.123	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.944	25.053

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.012.076	29.714.015	13.975.128	27.735.054
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.041.168	-15.993.612	-7.504.328	-15.073.514
3.03	Resultado Bruto	6.970.908	13.720.403	6.470.800	12.661.540
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.539.252	-9.014.463	-4.238.155	-8.459.966
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.467.580	-7.013.053	-3.234.445	-6.548.320
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-958.801	-1.898.638	-900.712	-1.718.381
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	180.766	331.248	184.846	313.537
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-181.039	-349.727	-300.711	-547.296
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-112.598	-84.293	12.867	40.494
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.431.656	4.705.940	2.232.645	4.201.574
3.06	Resultado Financeiro	-667.195	-1.344.852	-689.802	-1.253.305
3.06.01	Receitas Financeiras	421.547	844.596	404.788	908.226
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.088.742	-2.189.448	-1.094.590	-2.161.531
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.764.461	3.361.088	1.542.843	2.948.269
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-191.904	-527.448	-198.389	-545.603
3.08.01	Corrente	-311.956	-671.004	-191.912	-456.696
3.08.02	Diferido	120.052	143.556	-6.477	-88.907
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.572.557	2.833.640	1.344.454	2.402.666
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.572.557	2.833.640	1.344.454	2.402.666
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,4921	0,8867	0,4153	0,7413
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,4921	0,8867	0,4153	0,7413

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	1.572.557	2.833.640	1.344.454	2.402.666
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.245	9.891	2.917	-2.373
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	-45.278	35.250	-1.998	-2.321
4.02.02	Tributos	15.395	-11.985	679	789
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.362	-13.374	4.231	-842
4.02.04	Ganhos não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	0	0	7	1
4.02.05	Tributos	0	0	-2	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.540.312	2.843.531	1.347.371	2.400.293

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.299.367	10.898.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.439.168	13.044.702
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	3.361.088	2.948.269
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	7.704.831	7.385.891
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos, Financiamentos e Instrumentos Derivativos	55.174	61.098
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	170.337	253.013
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	84.293	-40.494
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-424.444	-76.266
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	768.371	699.985
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	267.689	221.823
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	20.929	37.080
6.01.01.12	Provisões para Demandas Judiciais	349.727	393.779
6.01.01.13	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores)	1.095.423	1.159.867
6.01.01.14	Outros	3.184	657
6.01.01.15	Reversão das Provisões de Multas por Cancelamento de Contratos de Arrendamento e Desmantelamento	-17.434	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.139.801	-2.146.373
6.01.02.01	Contas a Receber	-748.893	-359.093
6.01.02.02	Estoques	-279.135	61.475
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-36.010	-280.727
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-737.432	-740.239
6.01.02.05	Outros Ativos	-38.272	-115.160
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-58.660	-38.579
6.01.02.07	Fornecedores	-137.212	318.704
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	674.998	875.000
6.01.02.09	Prov. p/ Demandas Judiciais, Valores a Restituir a Clientes e Prov. p/ Multas Canc	-399.895	-459.024
6.01.02.10	Outros Passivos	200.012	-78.215
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-1.095.931	-1.004.407
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-483.371	-326.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.926.475	-4.509.104
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-4.571.843	-4.657.589
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	639.892	126.682
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	16.108	43.266
6.02.04	Pagamentos por Aquisição de Invest., Líquidos do Caixa Adquirido e Aportes de Capital em Investidas	-8.616	-28.571
6.02.09	Resgates (Aplicações) Líquidos de Aplicações Financeiras	-12.016	7.108
6.02.10	Caixa Recebido pela Alienação de Investimentos	10.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.903.109	-3.644.668
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-1.889.000	-1.868.886
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	26.864	20.349
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-78.589	-74.698

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.04	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.502.977	-1.869.081
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	0	-678.015
6.03.10	Ingressos pelas Operações de Grupamento e Desdobramento de Ações	0	949.354
6.03.11	Pagamentos pelas Operações de Grupamento e Desdobramento de Ações	-687	-123.691
6.03.13	Pagamento a Outros Acionistas para Aquisição de Participações em Controladas	-458.720	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.469.783	2.744.557
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.538.941	6.266.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.008.724	9.010.933

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-4.000.000	-261.112	0	-1.674.892	0	-5.936.004
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.720.000	0	-1.720.000
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	45.108	0	45.108
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 12/03/26	-4.000.000	0	0	0	0	-4.000.000
5.04.17	Transação de Capital na Aquisição de Parcela Minoritária da FiBrasil	0	-261.112	0	0	0	-261.112
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.833.640	9.891	2.843.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.833.640	0	2.833.640
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.891	9.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.625	-19.625	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	19.625	-19.625	0	0
5.07	Saldos Finais	56.071.416	-371.190	8.754.977	1.139.123	34.944	65.629.270

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-2.000.000	-4.241	-728.897	-1.320.000	0	-4.053.138
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.320.000	0	-1.320.000
5.04.10	Recompra de ações ordinárias da Companhia	0	0	-728.897	0	0	-728.897
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 18/12/24	-2.000.000	0	0	0	0	-2.000.000
5.04.16	Transações de Capital - Processos de Grupamento e Desdobramento de Ações	0	-4.241	0	0	0	-4.241
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.402.666	-2.373	2.400.293
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.402.666	0	2.402.666
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.373	-2.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.205	-18.205	0	0
5.06.04	Transferência de incentivos fiscais	0	0	18.205	-18.205	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	58.854	6.812.524	1.064.461	69.482	68.076.737

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	35.529.574	33.373.554
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	35.556.604	33.249.690
7.01.02	Outras Receitas	298.251	396.763
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	443.090	427.086
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-768.371	-699.985
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.471.148	-12.094.796
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.210.847	-8.031.984
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.537.356	-4.035.880
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	277.055	-26.932
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.058.426	21.278.758
7.04	Retenções	-7.704.831	-7.385.891
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.704.831	-7.385.891
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.353.595	13.892.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	760.303	948.720
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-84.293	40.494
7.06.02	Receitas Financeiras	844.596	908.226
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.113.898	14.841.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.113.898	14.841.587
7.08.01	Pessoal	3.129.776	3.225.133
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.914.690	2.113.153
7.08.01.02	Benefícios	1.034.644	964.893
7.08.01.03	F.G.T.S.	180.442	147.087
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.256.585	6.434.769
7.08.02.01	Federais	2.972.109	2.606.640
7.08.02.02	Estaduais	4.149.787	3.689.526
7.08.02.03	Municipais	134.689	138.603
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.893.897	2.779.019
7.08.03.01	Juros	2.136.707	2.125.251
7.08.03.02	Aluguéis	757.190	653.768
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.833.640	2.402.666
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.720.000	1.320.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.113.640	1.082.666

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	128.914.784	128.071.708
1.01	Ativo Circulante	27.936.835	25.220.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.484.361	7.032.339
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	125.071	86.569
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	8.359.290	6.945.770
1.01.02	Aplicações Financeiras	91.807	99.102
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	91.807	99.102
1.01.03	Contas a Receber	10.496.016	10.619.617
1.01.04	Estoques	1.784.151	1.475.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.946.147	3.043.886
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.946.147	3.043.886
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	292.931	356.286
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.653.216	2.687.600
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.415.343	2.414.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	719.010	534.571
1.01.08.03	Outros	719.010	534.571
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	31.329	26.317
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	55.695	7.706
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	146.365	107.565
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	73.976	85.323
1.01.08.03.06	Outros Ativos	402.650	298.899
1.01.08.03.07	Bens Destinados a Venda	8.995	8.761
1.02	Ativo Não Circulante	100.977.949	102.851.415
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.293.272	7.105.040
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	53.325	41.308
1.02.01.04	Contas a Receber	489.493	283.502
1.02.01.07	Tributos Diferidos	221.697	314.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	221.697	314.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.673.636	2.495.725
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	158	154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.854.963	3.970.067
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	653.147	618.918
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.897.567	2.856.753
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	31.918	8.622
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	72.373	97.583
1.02.01.10.07	Outros Ativos	199.958	388.191
1.02.02	Investimentos	412.998	420.877
1.02.02.01	Participações Societárias	412.998	420.877
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	165.413	179.516
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	247.585	241.361
1.02.03	Imobilizado	45.939.194	47.357.040
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.945.881	32.142.382
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.347.388	13.116.047
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.645.925	2.098.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04	Intangível	47.332.485	47.968.458

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	128.914.784	128.071.708
2.01	Passivo Circulante	29.382.657	25.246.147
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.315.059	1.346.202
2.01.01.01	Obrigações Sociais	817.405	645.291
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	497.654	700.911
2.01.02	Fornecedores	10.024.019	9.861.294
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.848.367	1.647.036
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	712.876	568.788
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	225.874	130.866
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	487.002	437.922
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.057.201	1.007.801
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	78.290	70.447
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.209.316	5.348.864
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	356.226	304.235
2.01.04.02	Debêntures	152.749	161.453
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.700.341	4.883.176
2.01.05	Outras Obrigações	8.516.361	5.435.295
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	130.966	138.026
2.01.05.02	Outros	8.385.395	5.297.269
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.682.523	2.774.544
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	84.175	53.044
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	1.291.411	1.076.293
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.325	27.325
2.01.05.02.07	Reembolso aos Acionistas - Redução de Capital	4.055.053	91.093
2.01.05.02.08	Grupamento e Desdobramento de Ações	824.036	824.723
2.01.05.02.09	Outros Passivos	420.872	450.247
2.01.06	Provisões	2.469.535	1.607.456
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.774.720	1.556.744
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	115.217	89.274
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	660.993	662.626
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	928.422	749.193
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	70.088	55.651
2.01.06.02	Outras Provisões	694.815	50.712
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	0	596
2.01.06.02.05	Passivo Contingente	665.664	8.166
2.01.06.02.06	Provisão para Multas de Cancelamento de Contratos de Arrendamento	29.151	41.950
2.02	Passivo Não Circulante	33.828.893	33.822.835
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.507.193	14.997.817
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.481.150	1.542.627
2.02.01.02	Debêntures	2.941.671	2.905.512
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	10.084.372	10.549.678
2.02.02	Outras Obrigações	10.101.762	8.748.558
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	565	602
2.02.02.02	Outros	10.101.197	8.747.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.688	43.859
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	7.794.381	6.581.236
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	86.812	113.173
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	790.929	759.221
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	294.925	261.439
2.02.02.02.08	Outros Passivos	1.086.462	989.028
2.02.03	Tributos Diferidos	4.101.698	4.226.185
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.101.698	4.226.185
2.02.04	Provisões	4.893.811	5.623.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.887.308	4.035.506
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.866.573	2.015.797
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	341.605	315.926
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	655.917	685.472
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.023.213	1.018.311
2.02.04.02	Outras Provisões	1.006.503	1.588.397
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	415.073	409.928
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	591.430	1.178.469
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	224.429	226.372
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	224.429	226.372
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	65.703.234	69.002.726
2.03.01	Capital Social Realizado	56.071.416	60.071.416
2.03.02	Reservas de Capital	-371.190	-110.078
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-164	-164
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	-434.100	-172.988
2.03.04	Reservas de Lucros	8.754.977	8.735.352
2.03.04.01	Reserva Legal	4.426.814	4.426.814
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	454.117	434.492
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.017.587	-1.017.587
2.03.04.10	Reserva para Remuneração aos Acionistas e Investimentos	4.891.633	4.891.633
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.139.123	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.944	25.053
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	73.964	280.983

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.757.400	31.214.415	14.645.092	29.035.365
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.581.410	-17.095.922	-8.026.377	-16.062.259
3.03	Resultado Bruto	7.175.990	14.118.493	6.618.715	12.973.106
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.578.513	-9.197.451	-4.374.160	-8.743.583
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.542.146	-7.133.321	-3.306.296	-6.684.966
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.027.449	-2.034.218	-951.672	-1.823.042
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	172.896	322.751	185.132	314.287
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-182.172	-351.075	-301.869	-546.703
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	358	-1.588	545	-3.159
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.597.477	4.921.042	2.244.555	4.229.523
3.06	Resultado Financeiro	-713.662	-1.434.137	-689.105	-1.258.303
3.06.01	Receitas Financeiras	479.275	957.750	440.269	964.418
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.192.937	-2.391.887	-1.129.374	-2.222.721
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.883.815	3.486.905	1.555.450	2.971.220
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-316.255	-662.794	-216.645	-576.145
3.08.01	Corrente	-337.242	-706.679	-209.568	-483.604
3.08.02	Diferido	20.987	43.885	-7.077	-92.541
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.567.560	2.824.111	1.338.805	2.395.075
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.567.560	2.824.111	1.338.805	2.395.075
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.572.557	2.833.640	1.344.454	2.402.666
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.997	-9.529	-5.649	-7.591

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.567.560	2.824.111	1.338.805	2.395.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.245	9.891	2.917	-2.373
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	-45.278	35.250	-1.998	-2.321
4.02.02	Tributos	15.395	-11.985	679	789
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.362	-13.374	4.231	-842
4.02.04	Ganhos não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	0	0	7	1
4.02.05	Tributos	0	0	-2	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.535.315	2.834.002	1.341.722	2.392.702
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.540.312	2.843.531	1.347.371	2.400.293
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.997	-9.529	-5.649	-7.591

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.452.294	10.963.371
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.841.035	13.211.876
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	3.486.905	2.971.220
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	7.867.542	7.403.936
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos, Financiamentos e Instrumentos Derivativos	72.211	71.188
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	166.859	252.962
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.588	3.159
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-424.160	-76.120
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	839.697	787.144
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	279.356	193.006
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	21.459	37.558
6.01.01.12	Provisões para Demandas Judiciais	351.075	394.934
6.01.01.13	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores)	1.196.457	1.178.789
6.01.01.14	Outros	-520	-5.900
6.01.01.15	Reversão das Provisões de Multas por Cancelamento de Contratos de Arrendamento e Desmantelamento	-17.434	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.388.741	-2.248.505
6.01.02.01	Contas a Receber	-928.809	-472.949
6.01.02.02	Estoques	-308.056	65.632
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-73.007	-268.702
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-749.800	-951.668
6.01.02.05	Outros Ativos	-75.748	-106.514
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-57.506	-27.186
6.01.02.07	Fornecedores	-73.177	350.256
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	710.784	842.797
6.01.02.09	Prov. p/ Demandas Judiciais, Valores a Restituir a Clientes e Prov. p/ Multas Canc	-401.980	-462.689
6.01.02.10	Outros Passivos	241.608	147.748
6.01.02.11	Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores	-1.147.458	-1.016.356
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-525.592	-348.874
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.020.441	-4.532.646
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-4.672.144	-4.664.649
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	639.892	127.323
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	16.319	44.295
6.02.04	Pagamentos por Aquisição de Investimentos, Líquidos do Caixa Adquirido e Aportes de Capital em Inves	-5.924	-47.244
6.02.07	Caixa e Equivalentes de Caixa por Aquisição ou Incorporação de Sociedades	0	685
6.02.09	Resgates (Aplicações) Líquidos de Aplicações Financeiras	1.416	6.944
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.979.831	-3.667.719
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-1.940.054	-1.906.432
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	33.421	23.005

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-110.932	-83.219
6.03.04	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.502.977	-1.869.081
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	0	-678.015
6.03.06	Recebimento de Recursos para Aumento de Capital em Controladas por Outros Acionistas	118	360
6.03.08	Ingressos de Financiamentos	0	20.000
6.03.10	Ingressos pelas Operações de Grupamento e Desdobramento de Ações	0	949.354
6.03.11	Pagamentos pelas Operações de Grupamento e Desdobramento de Ações	-687	-123.691
6.03.13	Pagamento a Outros Acionistas para Aquisição de Participações em Controladas	-458.720	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.452.022	2.763.006
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.032.339	6.691.098
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.484.361	9.454.104

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743	280.983	69.002.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743	280.983	69.002.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-4.000.000	-261.112	0	-1.674.892	0	-5.936.004	-197.490	-6.133.494
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.720.000	0	-1.720.000	0	-1.720.000
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	45.108	0	45.108	0	45.108
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 12/03/26	-4.000.000	0	0	0	0	-4.000.000	0	-4.000.000
5.04.13	Efeitos de Acionistas não Controladores em Investimentos na Vivo Ventures	0	0	0	0	0	0	118	118
5.04.17	Transação de Capital na Aquisição de Parcela Minoritária da FiBrasil	0	-261.112	0	0	0	-261.112	-197.608	-458.720
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.833.640	9.891	2.843.531	-9.529	2.834.002
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.833.640	0	2.833.640	-9.529	2.824.111
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.891	9.891	0	9.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.625	-19.625	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de incentivos fiscais	0	0	19.625	-19.625	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	56.071.416	-371.190	8.754.977	1.139.123	34.944	65.629.270	73.964	65.703.234

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582	69.913	69.799.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582	69.913	69.799.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-2.000.000	-4.241	-728.897	-1.320.000	0	-4.053.138	360	-4.052.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.320.000	0	-1.320.000	0	-1.320.000
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias da Companhia	0	0	-728.897	0	0	-728.897	0	-728.897
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 18/12/24	-2.000.000	0	0	0	0	-2.000.000	0	-2.000.000
5.04.13	Efeitos de Acionistas não Controladores em Investimentos na Vivo Ventures	0	0	0	0	0	0	360	360
5.04.16	Transações de Capital - Processos de Grupamento e Desdobramento de Ações	0	-4.241	0	0	0	-4.241	0	-4.241
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.402.666	-2.373	2.400.293	-7.591	2.392.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.402.666	0	2.402.666	-7.591	2.395.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.373	-2.373	0	-2.373
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.205	-18.205	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de incentivos fiscais	0	0	18.205	-18.205	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	58.854	6.812.524	1.064.461	69.482	68.076.737	62.682	68.139.419

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	37.259.604	34.761.649
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.342.037	34.724.774
7.01.02	Outras Receitas	298.466	396.933
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	458.798	427.086
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-839.697	-787.144
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.578.805	-13.063.729
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-9.309.975	-8.994.166
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.546.525	-4.049.539
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	277.695	-20.024
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.680.799	21.697.920
7.04	Retenções	-7.867.542	-7.403.936
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.867.542	-7.403.936
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.813.257	14.293.984
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	956.162	961.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.588	-3.159
7.06.02	Receitas Financeiras	957.750	964.418
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.769.419	15.255.243
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.769.419	15.255.243
7.08.01	Pessoal	3.426.865	3.447.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.118.458	2.261.325
7.08.01.02	Benefícios	1.111.832	1.026.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	196.575	159.976
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.647.507	6.575.393
7.08.02.01	Federais	3.274.839	2.719.691
7.08.02.02	Estaduais	4.196.206	3.688.280
7.08.02.03	Municipais	176.462	167.422
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.870.936	2.836.956
7.08.03.01	Juros	2.332.978	2.183.582
7.08.03.02	Aluguéis	537.958	653.374
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.824.111	2.395.075
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.720.000	1.320.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.113.640	1.082.666
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-9.529	-7.591

Comentário do Desempenho

1) NEGÓCIO MÓVEL

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T26	2T25	Δ% a/a	6M26	6M25	Δ% a/a
Receita de Serviço Móvel	10.183	9.555	6,6	20.064	18.827	6,6
Pós-pago ¹	8.859	8.214	7,9	17.417	16.149	7,9
Pré-pago	1.324	1.341	(1,3)	2.647	2.678	(1,2)
Receita de Aparelhos e Eletrônicos	1.048	820	27,8	2.199	1.729	27,2

(1) Inclui M2M, *dongles*, atacado e outros.

A Receita de Serviços Móveis (RSM) atingiu R\$10.183,0 milhões no 2T26, crescendo +6,6% a/a, destacando, mais uma vez, a **resiliência do nosso negócio móvel**. Esse desempenho foi impulsionado pela receita do Pós-Pago, que avançou +7,9% a/a e ampliou sua participação para 87,0% da RSM (+1,0 p.p. a/a). Nossa proposta de valor continua gerando resultados, refletida na base de pós-pago de 73,2 milhões de acessos (+6,9% a/a), sustentada pela migração de clientes para planos de maior valor agregado e pela contínua adição de clientes. Ao mesmo tempo, o ARPU do Pós-Pago (ex-M2M e *dongles*) alcançou R\$ 53,9 (+0,8% a/a), beneficiado por um melhor mix de clientes e pelo maior uso dos nossos serviços.

O desempenho do Pré-Pago manteve uma trajetória positiva no 2T26, com a receita recuando -1,3% a/a, frente à queda de -10,6% a/a registrada no 2T25. A base do Pré-pago apresentou adições líquidas positivas t/t pela primeira vez desde o 4T23, refletindo um desempenho comercial mais equilibrado e maior engajamento dos clientes. Essa dinâmica contribuiu para um crescimento de +7,1% a/a no ARPU.

A receita de Aparelhos e Eletrônicos apresentou mais um trimestre de desempenho robusto, alta de **+27,8% a/a**, impulsionada por um portfólio mais competitivo e por uma estratégia comercial voltada à ampliação da presença de dispositivos, acessórios e eletrônicos em nossas lojas, favorecendo maiores volumes de vendas. Adicionalmente, os smartphones compatíveis com 5G representaram 98,8% do total de unidades vendidas, um aumento de +3,8 p.p. a/a.

2) NEGÓCIO FIXO

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T26	2T25	Δ% a/a	6M26	6M25	Δ% a/a
RECEITA LÍQUIDA FIXA	4.527	4.270	6,0	8.951	8.480	5,6
FTTH	2.147	1.940	10,7	4.223	3.839	10,0
Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais	1.467	1.361	7,8	2.890	2.673	8,1
Receitas Digitais	1.056	933	13,2	2.069	1.816	14,0
Outras Receitas Fixas ¹	913	969	(5,8)	1.839	1.968	(6,5)

(1) Inclui Voz, xDSL, FTTC e IPTV.

A Receita Líquida Fixa atingiu R\$4.526,7 milhões no 2T26, crescimento de +6,0% a/a, impulsionado pela contínua expansão das receitas de FTTH (+10,7% a/a) e pelo sólido desempenho de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais (+7,8% a/a).

Nossa rede de fibra continuou expandindo ao longo do trimestre, alcançando 32,0 milhões de domicílios passados (+6,4% a/a) e 8,2 milhões de casas conectadas (+11,3% a/a). Esses avanços sustentaram uma **taxa de penetração de 25,6%**, alta de +1,1 p.p. a/a, refletindo a monetização dos investimentos realizados em nossa infraestrutura de rede.

Comentário do Desempenho

Nossa base convergente de FTTH alcançou 5,3 milhões de acessos, dos quais 3,8 milhões pertencem ao Vivo Total (produto que combina fibra e móvel em uma única oferta), um crescimento de +18,4% a/a. Durante o 2T26, o **Vivo Total representou 86,0% das adições de FTTH realizadas em nossas lojas próprias**, reforçando a crescente relevância da convergência para aquisição e retenção de clientes. Como resultado, a penetração do Vivo Total na base de FTTH aumentou para 46,3% (+6,5 p.p. a/a), evidenciando importantes oportunidades de expansão dentro da nossa base atual de clientes.

As receitas de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais totalizaram R\$1.467,0 milhões no 2T26, aumento de +7,8% a/a, mantendo uma trajetória resiliente de expansão. As receitas de Serviços Digitais Fixos B2B atingiram R\$1.056,2 milhões, alta de +13,2% a/a, impulsionadas pela expansão do nosso portfólio de soluções digitais.

3) CUSTOS

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T26	2T25	Δ% a/a	6M26	6M25	Δ% a/a
CUSTOS TOTAIS	(9.177)	(8.712)	5,3	(18.424)	(17.399)	5,9
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS	(2.943)	(2.670)	10,2	(5.930)	(5.330)	11,2
Serviços	(1.771)	(1.682)	5,3	(3.479)	(3.276)	6,2
Produtos Vendidos	(1.172)	(988)	18,6	(2.451)	(2.054)	19,3
CUSTOS DA OPERAÇÃO	(6.234)	(6.042)	3,2	(12.494)	(12.068)	3,5
Pessoal	(1.685)	(1.633)	3,2	(3.352)	(3.181)	5,4
Comerciais e Infraestrutura	(3.739)	(3.537)	5,7	(7.524)	(7.184)	4,7
Provisão para Devedores Duvidosos	(405)	(403)	0,5	(840)	(787)	6,7
Gerais e Administrativas	(395)	(352)	12,3	(750)	(683)	9,7
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(9)	(117)	(92,1)	(28)	(232)	(87,8)

a) Custos dos Serviços e Produtos Vendidos

O aumento de +10,2% a/a dos Custos dos Serviços e Produtos Vendidos esteve principalmente associado ao contínuo crescimento dos serviços digitais e ao forte desempenho comercial do negócio de Aparelhos e Eletrônicos.

- **Serviços (+5,3% a/a | 11,2% da RL (-0,2 p.p. a/a))**: Crescimento de +5,3% a/a, em linha com a expansão dos serviços digitais B2B, além da ampliação do portfólio de ofertas no B2C.
- **Produtos Vendidos (+18,6% a/a | 7,4% da RL (+0,7 p.p. a/a))**: Crescimento impulsionado por um portfólio mais competitivo e uma estratégia comercial renovada, que ampliou a disponibilidade dos produtos em nossas lojas.

b) Custos da Operação

As despesas operacionais cresceram +3,2% a/a, principalmente em função da maior atividade comercial ao longo do período. Esse efeito foi parcialmente compensado pelos ganhos decorrentes da venda de ativos relacionados à antiga concessão de telefonia fixa.

- **Pessoal (+3,2% a/a | 10,7% da RL (-0,5 p.p. a/a))**: As despesas com pessoal refletiram os reajustes anuais de salários e benefícios, além do crescimento do quadro de colaboradores.

Comentário do Desempenho

- **Comerciais e infraestrutura (+5,7% a/a | 23,7% da RL (-0,4 p.p. a/a)):** O aumento decorreu principalmente das maiores despesas relacionadas à expansão da rede, desenvolvimento de sistemas e à atividade comercial, parcialmente compensadas pela redução dos custos de infraestrutura e logística. Seguimos focados na captura de ganhos de produtividade por meio de iniciativas de eficiência e otimização de custos.
- **Provisão para Devedores Duvidosos (+0,5% a/a | 2,6% da RL (-0,2 p.p. a/a)):** Em linha com nossas práticas disciplinadas de crédito, a PDD manteve-se estável durante o trimestre. A provisão apresentou redução de -0,2 p.p. a/a como percentual da Receita Bruta no 2T26, sustentada pela qualidade da nossa base de clientes, pela natureza essencial dos nossos serviços e pela robustez dos processos de análise de crédito e cobrança.
- **Gerais e Administrativas (+12,3% a/a | 2,5% da RL (+0,1 p.p. a/a)):** O crescimento foi impulsionado principalmente pelas maiores despesas com cloud, sistemas e softwares, refletindo a contínua expansão da nossa infraestrutura digital e nossas capacidades tecnológicas.
- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais (-92,1% a/a | 0,1% da RL (-0,7 p.p. a/a)):** Foram impactadas por menores recuperações tributárias e maiores desembolsos relacionados a acordos fiscais no trimestre. Esses efeitos foram parcialmente compensados por ganhos de R\$202 milhões (valor da venda de ativos, líquido de custos) com a venda de ativos vinculados à concessão, integralmente da venda de cobre, ante R\$5 milhões registrados no 2T25 (R\$4 milhões com cobre e R\$1 milhão com imóveis). A comparação anual também foi influenciada por benefícios tributários não recorrentes reconhecidos no 2T25.

4) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A depreciação e amortização aumentaram +8,0% a/a, refletindo a consolidação dos ativos da FiBrasil e os contínuos investimentos da Companhia em infraestrutura de rede. O aumento foi impulsionado principalmente pela expansão dos projetos de 5G, FTTH e backbone, em linha com nossa estratégia de aprimorar a qualidade, cobertura e capacidade da rede. Além disso, as despesas de D&A deverão se beneficiar, a partir do 3T26, do encerramento da depreciação acelerada de tecnologias legadas, incluindo ativos relacionados ao cobre, eliminando um impacto aproximado de R\$0,3 bilhão por trimestre.

5) RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$713,8 milhões no 2T26, alta de +3,6% a/a. Esse aumento foi impactado principalmente por maiores passivos de arrendamento, refletindo os investimentos estratégicos da Companhia em infraestrutura de rede.

6) INVESTIMENTOS

O Capex (não inclui os efeitos dos contratos de arrendamento - IFRS 16 e licenças) totalizou R\$2.588,5 milhões no 2T26, alta de +6,1% a/a, representando 16,4% da Receita Líquida, uma redução de -0,2 p.p. a/a. Esse desempenho reflete nosso compromisso com o fortalecimento da qualidade da rede, a expansão da cobertura e a geração de valor de longo prazo por meio de uma alocação disciplinada de capital.

Comentário do Desempenho

Seguimos ampliando nossa liderança em infraestrutura de rede, com o 5G disponível em 978 municípios, cobrindo 73% da população brasileira. A fibra permaneceu como um importante vetor de crescimento, alcançando 32,0 milhões de domicílios passados (+6,4% a/a) e 8,2 milhões de casas conectadas (+11,3% a/a). Mais de 75% dos investimentos foram direcionados à infraestrutura das redes móvel e fixa, suportando o aumento da demanda por dados, aprimorando a experiência dos clientes e impulsionando a contínua expansão da nossa rede de fibra em 453 cidades.

7) ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta (excluindo arrendamentos - IFRS 16) totalizou R\$4.931,8 milhões ao final do 2T26, uma redução de -14,0% a/a, reflexo principalmente da liquidação da debênture de R\$1.500,0 milhões referente à 7ª Emissão 1ª Série, ocorrida em julho de 2025, parcialmente compensada pela debênture oriunda da futura incorporação da FiBrasil no valor de R\$0,9 bilhão. Do total, 99% da dívida bruta é denominada em moeda nacional e 1% em moeda estrangeira. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).

Considerando Caixa, Aplicações e Derivativos, a Companhia apresentou caixa líquido de R\$3.786,9 milhões em 30 de junho de 2026. Incluindo o efeito dos arrendamentos, a dívida líquida atingiu R\$10.997,8 milhões ao final do 2T26.

8) NEGÓCIOS DIGITAIS

Seguimos **ampliando nosso ecossistema digital** por meio de **parcerias estratégicas** que reforçam nossa posição como uma **plataforma completa de serviços digitais**.

a) B2C

Serviços Financeiros

O Vivo Pay continua fortalecendo sua posição como um dos principais pilares de crescimento da Vivo, alavancando nosso ecossistema digital, relacionamento com clientes, capacidade analítica e parcerias para expandir a oferta de crédito, pagamentos e soluções de proteção, incluindo empréstimo pessoal, seguros, crédito consignado e carteira digital. Nos últimos doze meses, as receitas de serviços financeiros cresceram **+12,8% a/a para R\$433 milhões**.

Desde seu lançamento, em out/20, as originações de empréstimos pessoais já somam R\$1,3 bilhão, enquanto nosso negócio de seguros continua ganhando relevância. No 2T26, **mais de 45% dos smartphones vendidos em nossas lojas foram comercializados com seguro, um aumento de +5,0 p.p. a/a**, apoiado por um amplo portfólio que inclui tablets, *smartwatches*, fones de ouvido e *notebooks*.

Entretenimento

Em Conteúdo, a Vivo oferece aos clientes acesso às principais plataformas OTT de música e vídeo, com a conveniência de reunir todos os serviços na mesma fatura que os serviços de telecom. O portfólio foi ampliado com a inclusão do YouTube Premium, permitindo que os clientes assinem a plataforma e usufruam de 3 meses gratuitos, agregando valor à proposta comercial e contribuindo para a retenção de clientes. A receita nos últimos doze meses atingiu **R\$890 milhões no 2T26 (+25,7% a/a)**, impulsionada por uma base de 4,9 milhões de assinantes, alta de +33,3% a/a.

Comentário do Desempenho

Saúde e Bem-Estar

O Vale Saúde tem como objetivo ampliar o acesso da população brasileira a serviços de saúde de qualidade por meio de uma plataforma integrada que atende diferentes etapas da jornada do cuidado, oferecendo telemedicina, bem-estar e descontos em farmácias. Com cobertura nacional e modelo de assinatura mensal, a plataforma alcançou 511 mil assinaturas desde o seu lançamento. Nos últimos doze meses, viabilizou 79 mil consultas, exames e procedimentos, além da venda de 2,6 milhões de itens com desconto em farmácias, gerando **R\$126 milhões em receitas de saúde e bem-estar (+58,2% a/a)**.

Produtos & Serviços B2C

Ao integrar conectividade e serviços digitais, a receita média mensal por CPF no B2C atingiu **R\$68,5 no 2T26, alta de +7,6% a/a**. Esse desempenho reflete o sucesso da estratégia de ecossistema da Vivo e reforça nosso posicionamento como uma provedora completa de serviços digitais. Durante o trimestre, fortalecemos ainda mais essa proposta ao oferecer até 12 meses de Gemini AI Plus, 400 GB de Cloud para clientes elegíveis de móvel e fibra e 3 meses gratuitos de YouTube Premium.

b) B2B

A Vivo segue bem posicionada para apoiar empresas em sua jornada de transformação digital, por meio de um portfólio que avança cada vez mais além da conectividade. Nos últimos doze meses, as receitas de serviços digitais cresceram **+14,9% a/a, somando R\$5.466 milhões, representando 8,8% da receita total (+0,6 p.p. a/a)**. O segmento B2B também ampliou sua participação nas receitas da Companhia, atingindo 22,5% (+0,4 p.p. a/a).

Vivo e EcoRodovias firmaram uma parceria para ampliar a cobertura móvel em mais de 400km de rodovias interestaduais nos estados de Goiás e Minas Gerais, beneficiando aproximadamente 1,4 milhão de pessoas.

9) AMBIENTAL, SOCIAL e GOVERNANÇA

A estratégia ESG da Vivo conta com mais de 100 indicadores integrados no Plano de Sustentabilidade ("PS"), monitorados e aprovados de forma consolidada pelo Conselho de Administração por meio do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade. O PS contém metas que contribuem com o crescimento sustentável da empresa guiadas por ética e integridade, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") e demais compromissos no tema.

a) AMBIENTAL

Vivo Recicle nas Escolas atinge 37 toneladas envolvendo ações em escolas públicas e particulares. Junto ao Dia dos Voluntários da Fundação Telefônica Vivo foi realizada gincana mobilizando 33 escolas e 32 mil crianças, jovens e professores.

Reciclagem de embalagens: a Vivo compensou 100% de suas embalagens por meio de créditos de reciclagem, envolvendo mais de 120 cooperativas e contribuindo para um aumento de 50% na renda anual dos cooperados. A iniciativa supera os 34% que prevê a regulação, além de envolver todos os estados brasileiros.

Plantio das primeiras mudas do Projeto Floresta Futuro Vivo com a participação do povo indígena da etnia Tembé na cerimônia. Também foi realizada a etapa de escuta social para coleta de percepções com a população do entorno, incluindo comunidade indígena da região.

Comentário do Desempenho

R\$3,4 bilhões em receitas, nos últimos 12 meses, geradas a partir de soluções que favorecem a eficiência energética e climática.

b) SOCIAL

Dia dos Voluntários Telefônica Vivo mobiliza cerca de 10,5 mil voluntários em ações realizadas simultaneamente em 37 cidades. Ao todo, 52 instituições foram beneficiadas, 75% delas voltadas à educação pública, sendo 34 escolas e 18 organizações sociais, impactando mais de 46 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos.

Programa de Estágio e Jovem Aprendiz 2026: 500 vagas de estágio e mais de 400 vagas de jovem aprendiz, sendo 50% destinadas exclusivamente a pessoas negras.

c) GOVERNANÇA

Pontuação máxima no rating ESG da FTSE Russell, alcançando 5 pontos em uma escala de 5. A empresa também integra os índices da FTSE4Good.

Empresa Pró-Ética 2025-2026 iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos que premia organizações comprometidas com a adoção voluntária de medidas de integridade.

Transparência ESG: a Vivo publicou seu Relato Integrado 2025, elaborado em conformidade com os *frameworks* GRI 2021, IIRC/CPC 09, SASB, TCFD e, pela primeira vez, TNFD. A Fundação Telefônica Vivo também publicou seu Informe Social 2025.

Reconhecimentos ESG: (i) 3º ano consecutivo como melhor empresa ESG do setor de Telecomunicações, Tecnologia e Mídia pela Exame; (ii) Prêmio Executivo de Valor na categoria TI & Telecom pelo Valor Econômico; (iii) Reconhecimento da Rede Pacto Global Brasil ao superar as metas de gênero e raça propostas para 2025 da Ambição 2030; (iv) 1º lugar no *LinkedIn Top Companies* 2026 de São Paulo.

Notas Explicativas

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

1.a. Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), em conjunto com suas controladas (“Consolidado”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de comunicações e telecomunicações; bem como o desenvolvimento de todas e quaisquer atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, inclusive locação, compartilhamento e cessão de infraestrutura, podendo, ainda, desempenhar as seguintes atividades: (a) exploração de serviços de valor adicionado, desenvolvimento, disponibilização, distribuição e comercialização de serviços digitais, bem como de conteúdo de áudio, vídeo, imagem, texto e aplicativos pela internet em qualquer meio, inclusive materiais de propaganda e publicidade; e (b) exploração de soluções integradas, gestão, prestação de serviços e consultoria relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) conectividade, internet das coisas, tecnologia da informação, redes, análise e desenvolvimento de sistemas, programação, configuração e congêneres; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) comunicações e telecomunicações; (vi) sistemas de segurança eletrônica relacionados a roubo, intrusão, incêndio e outros, vigilância, segurança, rastreamento e monitoramento a distância ou não; (vii) manutenção, reparação, assistência técnica e suporte técnico em informática e quaisquer máquinas e equipamentos; (viii) inteligência artificial e blockchain; e (ix) inteligência em gestão de dados (Big Data), entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Telefónica S.A. (“Telefónica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 77,13%, nota 23.a.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e tem suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). É também registrada na Securities and Exchange Commission (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas American Depositary Shares (“ADSs”) lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange” – “NYSE”).

1.b. Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço de Telefonia Fixa Comutada (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” – comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” – TV por assinatura); (v) Serviço Limitado Privado (“SLP”) e (vi) Serviço Móvel Global por Satélite (“SMGS”) em todo o território brasileiro, por meio de autorizações, além de outras atividades.

As autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472/1997.

As informações relativas às prestações do STFC, SMP e as autorizações de cada subfaixa detida pela Companhia para a utilização no SMP, são as mesmas da nota explicativa 1.b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; e penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos.

Notas Explicativas

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações ou licenças da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detém poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que, conforme constava na agenda regulatória para o biênio 2023-2024 da ANATEL, foi submetida a Consulta Pública em novembro de 2023 a revisão do Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"), aprovado pela Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012 e atualizado pela Resolução nº. 694, de 17 de julho de 2018, que concentra, em um único instrumento normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial. Esta revisão, que ocorre a cada quatro anos e teve início a partir da publicação da consulta pública nº 64, de 6 de novembro de 2023, se dedicou à reavaliação dos mercados relevantes no setor, das medidas regulatórias assimétricas e dos detentores de Poder de Mercado Significativo ("PMS"), anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

Após a aprovação do Conselho Diretor da ANATEL, o novo PGMC foi publicado pela Resolução nº 783, de 3 de setembro de 2025, atendendo o prazo previsto na agenda regulatória da ANATEL para o biênio 2025-2026 (debatida na Consulta Pública nº 46, de 11 de setembro de 2024 e aprovada pela Resolução Interna ANATEL nº399/2024, de 30 de dezembro de 2024), que indicava a aprovação final para o segundo semestre de 2025. Na sequência da aprovação do novo Regulamento, as Prestadoras de Pequeno Porte do setor, por meio de suas Associações Representativas, entraram com Pedido de Reconsideração ("PREC") no Conselho Diretor da ANATEL, alegando contradições e análises falhas. Tal PREC está em fase de julgamento.

Conforme apontado anteriormente, também em novembro de 2023, a ANATEL submeteu à consulta pública a revisão do Regulamento de Uso do Espectro ("RUE"), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016. A nova redação proposta pela ANATEL inclui, entre outras mudanças, novos regramentos para concessão de autorizações de uso de espectro em caráter secundário, alterações na regulamentação aplicável à transferência de radiofrequências e revisão dos procedimentos de avaliação do uso eficiente do espectro pela ANATEL. A expectativa é de que o novo RUE seja publicado no segundo semestre de 2026.

Com relação à operação aquisição da UPI dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. pelas três maiores operadoras do mercado SMP brasileiro (Vivo, Claro e TIM) ("Operação"), aprovada pela ANATEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), destaca-se que a publicação do Novo PGMC encerrou a vigência dos remédios regulatórios impostos em decorrência da Operação, bem como se encerrou o período de monitoramento conduzido pelo CADE quanto ao cumprimento dos remédios.

Nesse sentido, as medidas assimétricas decorrentes da Operação se extinguíram para o mercado de MVNO e de compartilhamento de espectro, dado que a ANATEL entendeu não haver falhas de mercado e problemas de concorrência que as justificassem. Para o Roaming Nacional, que permaneceu mercado relevante (assim como era antes da Operação), destaca-se que seu controle de preços foi mantido por Modelo de Custos Bottom-Up LRIC+.

Notas Explicativas

No contexto geral acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas e a perspectiva de adoção, pela ANATEL, de conceitos, preços e modelos de remuneração que podem impactar o cenário de remuneração e custos, poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Já com relação às tarifas de interconexão, essas compõem as bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Além disso, a Companhia também está sujeita a alterações nas normas e regulamentações voltadas a preservar os direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações. Nesse sentido, acrescenta-se que a ANATEL publicou, em novembro de 2023, o novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor ("RGC"), por meio da Resolução nº 765/2023, que entrou em vigência em 1º de setembro de 2025, substituindo a Resolução nº 632/2014. Este novo Regulamento alterou alguns dispositivos de forma mais relevante, como a maneira de realização de ofertas de serviços de telecomunicações, além de atualizar/modernizar algumas regras referentes ao atendimento.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a obtenção de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos ou ausência de aprovações para reajustes tarifários; e restrições antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

Por fim, há também o risco da Companhia não ser bem-sucedida nas futuras licitações a serem realizadas pela ANATEL no que tange à aquisição de novas autorizações de uso de radiofrequências. Nesse sentido, vale pontuar que o Conselho Diretor da ANATEL aprovou o planejamento para realização de licitações autorizações de uso de radiofrequências, para curto (2026–2028), médio (2029–2032) e longo (2032–2036) prazos, por meio da Resolução nº 785/2025, posteriormente, atualizada pela Resolução nº 786/2026.

Em paralelo, em 4 de maio de 2026, ocorreu o leilão da faixa de 700 MHz, dividida em cinco blocos regionais. Na primeira rodada, foi dada prioridade às prestadoras que já detinham autorizações regionais na faixa de 3,5 GHz, razão pela qual a Companhia não adquiriu novas autorizações no referido certame.

1.c. Combinação de Negócios e Incorporação - Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil")

1.c.1. Combinação de Negócios - Aquisição do controle societário da FiBrasil pela Companhia

Em 10 de julho de 2025, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, nesta mesma data, *Share Purchase Agreement* ("SPA"), com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("La Caisse", anteriormente "CDPQ") e a Fibre Brasil Participações S.A. ("Fibre Brasil" e, em conjunto com La Caisse, "Grupo La Caisse"), o qual regula os termos e condições para aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da FiBrasil detidas pelo Grupo La Caisse, representando 50% do capital social total da FiBrasil, bem como bônus de subscrição emitido pela FiBrasil ("Transação").

A FiBrasil atua no setor de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro. A Companhia continuará expandindo sua presença no mercado de fibra, com foco na melhoria da experiência do cliente ao mesmo tempo em que contribui para a digitalização do país.

A Transação estava sujeita à satisfação de certas condições precedentes usuais para esse tipo de operação, dentre as quais a anuência prévia pelo CADE e pela ANATEL. Em 14 de outubro de 2025, a ANATEL concedeu anuência prévia à Transação. Em 23 de outubro de 2025, o CADE aprovou a Transação, sem restrições. Após a obtenção das autorizações regulatórias e o cumprimento das demais condições precedentes, em 12 de novembro de 2025 a Transação foi concluída.

Notas Explicativas

A assinatura do SPA, bem como os termos e condições da Transação, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia submeteu à assembleia geral de acionistas a ratificação da Transação, nos termos do artigo 256, II da Lei das S.A. Como consequência, a aprovação da transação pela Assembleia Geral também ensejou o direito de recesso dos acionistas da Companhia que dissintirem da deliberação.

Em 11 de fevereiro de 2026, encerrou-se o prazo para o exercício do direito de recesso pelos acionistas dissidentes das deliberações da AGE da Companhia realizada em 9 de janeiro de 2026. Em vista disso, a Companhia informou que, até o término do prazo, não houve exercício do direito de recesso por parte de qualquer acionista detentor de ações ordinárias de emissão da Companhia.

O valor da aquisição da Transação, atualizado pela taxa certificado de depósito interfinanceiro ("CDI"), pro rata dia, conforme previsto no SPA, foi de R\$858.002, pago em 12 de novembro de 2025 em uma única parcela pela Companhia ao Grupo La Caisse. Os bônus de subscrição emitidos anteriormente pela FiBrasil foram cancelados no fechamento da Transação.

A Companhia já detinha o percentual de 25,01% de participação no capital da FiBrasil e, com a conclusão da Transação, a Companhia passou a ser a controladora direta da FiBrasil, detendo 75,01% de seu capital social total. Em 31 de dezembro de 2025, a TEF Infra permanecia com o percentual de 24,99%. De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, esta aquisição se enquadra como uma combinação de negócios realizada em estágios e, por sua vez, requer a remensuração a valor justo do investimento detido anteriormente.

O valor justo, na data da aquisição, da participação societária que a Companhia detinha na FiBrasil era de R\$372.251, determinado com base no preço da aquisição ajustado pelo prêmio de controle. Tendo em vista que o saldo contábil registrado era de R\$243.501, a Companhia registrou um ganho de remensuração a valor justo do investimento de R\$128.750, contabilizado na linha de "Outras Receitas/Despesas Operacionais".

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, a contrapartida transferida que será mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Para a alocação da participação de acionistas não controladores, na data da Transação, a Companhia optou, conforme permitido pelo IFRS 3 / CPC 15, pela alocação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da FiBrasil.

Com a conclusão da Transação, a partir de 12 de novembro de 2025, a Companhia passou a ser a controladora direta da FiBrasil.

Na data destas ITRs individuais e consolidadas a Companhia encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra ("PPA"), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da FiBrasil. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Em 30 de junho de 2026, as ITRs individuais e consolidadas da Companhia, contemplaram as alocações preliminares do PPA.

As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Ativo imobilizado e intangível

O valor justo do ativo imobilizado e do ativo intangível foi avaliado com base na aplicação do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado ("CDDM") e do Método da Quantificação de Custo.

Notas Explicativas

O método CDDM foi utilizado para a avaliação dos bens móveis e imóveis, uma vez que permite a estimativa do valor justo por meio da comparação com vendas recentes e preços de mercado de ativos similares, ajustados por fatores como idade, estado de conservação, capacidade de uso, tipo de venda e, no caso específico dos imóveis, a região em que se encontram localizados.

O Método da Quantificação de Custo consistiu na identificação do custo de reposição a novo ou de reprodução ("RCN") dos ativos, por meio da aplicação dos métodos direto e indireto.

Para os bens móveis, o RCN foi considerado com base nos investimentos estimados pela engenharia da FiBrasil, enquanto o método do custo indireto foi aplicado aos ativos não abrangidos pelo custo direto. Os fatores de ajuste e índices de preços utilizados nas estimativas foram derivados de índices de inflação publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

Como resultado do cálculo descrito, o valor justo do ativo imobilizado e intangível foi de R\$1.615.657, com prazos de depreciação e amortização de forma que acompanhe a vida útil dos ativos avaliados.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$24.065, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$798.779, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	218.901	Passivo circulante	182.541
Caixa e equivalentes de caixa	78.044	Debêntures	199
Contas a receber	104.694	Arrendamentos	77.551
Outros ativos	36.163	Pessoal, encargos e benefícios sociais	47.271
		Fornecedores	47.200
Ativo não circulante	1.853.812	Outros passivos	10.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos ⁽¹⁾	61.199		
Outros ativos	10.291	Passivo não circulante	1.091.393
Imobilizado ⁽²⁾	1.735.838	Debêntures	903.964
Intangível ⁽³⁾	46.484	Arrendamentos	150.687
		Provisões e contingências ⁽⁴⁾	25.593
		Pessoal, encargos e benefícios sociais	9.987
		Outros passivos	1.162
		Ativo líquido adquirido	798.779
		Ágio⁽⁵⁾	631.169
		Participação de não controladores	(199.695)
		Parcela da participação anterior da Companhia, remensurada a fair value	(372.251)
Valor justo dos ativos adquiridos	2.072.713	Contraprestação total	858.002

Notas Explicativas

- (1) Inclui R\$8.182 do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente, que está sendo atualizado pela SELIC.
- (2) Inclui R\$159.285 da alocação do valor justo atribuído aos itens do ativo imobilizado. Inclui também R\$166.665 de contratos de direito de uso.
- (3) Inclui R\$2.105 da alocação do valor justo atribuído a ativos intangíveis
- (4) Inclui R\$24.065 do valor justo atribuído ao passivo contingente, que está sendo atualizado pela SELIC
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da FiBrasil.

1.c.2. Aquisição da totalidade das ações de emissão da Fibrasil

Em 18 de maio de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta mesma data, adquiriu a totalidade das ações de emissão da FiBrasil detidas pela TEF Infra, correspondentes a 24,99% do capital social total da FiBrasil, por meio da celebração do *Share Purchase Agreement* (“SPA”), pelo valor de R\$458.720, pago em parcela única na data de assinatura (“Transação”).

Com a conclusão da Transação, a partir de 18 de maio de 2026, a Companhia passou a deter a totalidade do capital social da FiBrasil.

A aquisição foi precedida de avaliação realizada por empresa especializada independente, contratada pela Companhia para apuração do valor das ações adquiridas e faz parte da estratégia de buscar maior sinergia operacional em suas atividades de rede de fibra ótica.

O valor contábil da participação do não controlador é composto do valor justo dos ativos e passivos identificáveis na FiBrasil que foram remensurados na data da aquisição de controle em 12 de novembro de 2025, líquidos das realizações até a data da desta Transação.

Esta Transação, envolve mudanças de participações de controladas, os efeitos são registrados conforme IFRS 10 / CPC 36 e as alterações nas participações em controladas que não resultam na perda do controle são contabilizadas como transações de capital. Portanto, a diferença entre o valor pelo qual as participações de não controladores foram ajustadas e o valor justo da contraprestação paga foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido e atribuído aos proprietários da Companhia, em “Outras reservas de capital”, conforme demonstrado a seguir:

Contraprestação total	458.720
Aquisição da participação dos acionistas não controladores	197.608
Transação de capital pela aquisição da parcela de acionistas não controladores da FiBrasil	261.112

1.c.3. Incorporação da FiBrasil

Em 16 de junho de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu Conselho de Administração aprovou, nesta mesma data, a proposta de incorporação, pela Companhia, da FiBrasil, sua subsidiária integral, com a consequente extinção da incorporada e sua sucessão universal pela Companhia (“Incorporação”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da FiBrasil pela Companhia”, celebrado nesta data, bem como a convocação da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, a ser realizada em 31 de julho de 2026.

Considerando que a Companhia detém a totalidade das ações de emissão da FiBrasil, a Incorporação não resultará: (i) em aumento do capital social da Companhia; (ii) na emissão de novas ações pela Companhia; ou (iii) em qualquer alteração na composição acionária da Companhia, inexistindo, portanto, relação de substituição de ações.

A Incorporação está alinhada com a estratégia da Companhia de otimização da gestão de seus ativos de infraestrutura de telecomunicações e de crescimento no mercado de fibra, promovendo: (i) simplificação da estrutura societária; (ii) maior celeridade no processo decisório; (iii) otimização operacional e administrativa; e (iv) redução de custos e de obrigações acessórias inerentes à manutenção de entidades distintas.

A Incorporação promoverá: (i) simplificação da estrutura societária da Companhia; (ii) maior celeridade no processo decisório; (iii) otimização operacional e administrativa; e (iv) redução de custos e de obrigações acessórias inerentes à manutenção de entidades distintas. Além disso, considerando que a Fibrasil é integralmente detida pela Companhia, a Incorporação não envolve custos relevantes nem riscos adicionais à Companhia.

Notas Explicativas

1.d. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Para iniciar o processo de regulamentação da alteração constitucional, a Lei Complementar nº 214/2025 ("LC"), foi sancionada pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2025. Adicionalmente, em 13 de janeiro de 2026 foi aprovada a LC nº 227/2026, que, entre outros tópicos, cria o comitê gestor do IBS, regulamenta o contencioso tributário e traz normas de administração dos novos tributos.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC, sendo que há previsão expressa de que o IS não poderá incidir sobre serviços de telecomunicações. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários (antigo e novo) coexistirão.

Atualmente está ocorrendo o destaque de CBS (0,9%) e IBS (0,1%) para fins estatísticos, mas sem recolhimento, nem impacto financeiro para os contribuintes. A Companhia está preparada para a emissão e recepção dos documentos fiscais com o destaque de IBS e CBS. Somente a partir de janeiro de 2027 os novos tributos passam a impactar a Companhia financeiramente.

Cabe ressaltar que, apesar da publicação dos regulamentos do IBS (Resolução CGIBS nº 6, de 30 de abril de 2026) e da CBS (Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026), os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após as demais etapas de regulamentação legal e infralegal, que poderão incluir a edição de novas leis ordinárias (federais, estaduais e municipais), decretos, instruções normativas e notas técnicas. Por exemplo, ainda não há a definição da alíquota da CBS, cuja vigência se inicia em janeiro de 2027.

Como as alterações serão aplicadas de forma prospectiva, não há efeito da Reforma nas Informações Trimestrais ("ITRs") individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2026.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.a. Declaração de conformidade

As ITRs individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das ITRs. Dessa forma, as informações relevantes próprias das ITRs estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.b. Bases de preparação e apresentação

As ITRs individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Notas Explicativas

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7 / CPC 03 e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Estas ITRs comparam: (i) para os balanços patrimoniais, as posições em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025; (ii) para as demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025; e (iii) para as demonstrações do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

As ITRs da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2026.

2.c. Moeda de apresentação, funcional e conversão de moeda estrangeira

As ITRs individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.d. Bases de consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Algumas informações relevantes das investidas estão apresentadas na nota 12.

2.e. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

Notas Explicativas

2.f. Principais políticas contábeis materiais

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2026 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto para as Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (equivalentes ao CPC 48 e CPC 40, respectivamente) e Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) - Volume 11, ambas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estas alterações e melhorias não causaram impactos nas ITRs da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

2.g. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas ITRs, não sofreram qualquer alteração em relação às apresentadas nas seguintes notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: eventos societários de 2025 (Combinação de Negócios); contas a receber; imposto de renda e contribuição social; imobilizado; intangível; provisões e contingências; empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores; planos de previdência e outros benefícios pós-emprego; e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	7.900.148	6.460.418	8.359.290	6.945.770
Caixa e contas bancárias ⁽²⁾	108.576	78.523	125.071	86.569
Total	8.008.724	6.538.941	8.484.361	7.032.339

(1) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, portanto classificados como caixa e equivalentes de caixa. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 30 de junho de 2026, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 99,88% do CDI (100,04% em 31 de dezembro de 2025).

(2) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R\$11.915 e R\$16.694, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 28).

Notas Explicativas

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Garantia a processos judiciais ⁽¹⁾	16.313	40.934	16.688	41.308
Aplicações financeiras - LFT ⁽²⁾	—	—	91.807	99.102
Incentivos fiscais Sudene ⁽³⁾	36.637	—	36.637	—
Total não circulante	52.950	40.934	145.132	140.410
Circulante	—	—	91.807	99.102
Não circulante	52.950	40.934	53.325	41.308

(1) Referem-se a aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (notas (notas 19. e 33.).

(2) Referem-se a aplicações financeiras em Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), realizadas pelas controladas Vivo Pay I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada e Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(3) Referem-se ao reinvestimento em incentivos fiscais sobre o lucro de exploração na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("Sudene").

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Serviços e mercadorias ⁽¹⁾	11.881.154	11.818.593	12.448.035	12.250.210
Valores de interconexão ^{(1) (2)}	567.671	597.809	601.596	634.221
FIDC Vivo Pay	—	—	324.086	348.848
Partes relacionadas (nota 28) ⁽¹⁾	64.811	68.865	45.011	50.292
Contas a receber, bruto	12.513.636	12.485.267	13.418.728	13.283.571
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.215.447)	(2.160.878)	(2.433.219)	(2.380.452)
Contas a receber, líquido	10.298.189	10.324.389	10.985.509	10.903.119
Circulante	9.851.714	10.082.818	10.496.016	10.619.617
Não circulante	446.475	241.571	489.493	283.502

(1) Os montantes consolidados incluem: (i) R\$3.226.737 e R\$3.024.347 a faturar aos clientes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações.

Notas Explicativas

Os saldos consolidados não circulantes, referem-se ao valor presente a receber: (i) das parcelas de revenda de mercadorias (B2B), com vencimentos de até 24 meses; (ii) de produtos Vivo Tech, com vencimentos de até 60 meses; e (iii) do direito de créditos do FIDC Vivo Pay I, com vencimentos de até 36 meses. Estes valores estão deduzidos de suas perdas estimadas para a redução ao valor recuperável.

Os saldos consolidados dos ativos contratuais com clientes eram de R\$141.558 e R\$136.473 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
A vencer	8.394.327	8.492.065	9.201.128	9.252.301
Vencidas – 1 a 30 dias	1.202.604	1.197.527	1.174.003	1.070.093
Vencidas – 31 a 60 dias	284.131	285.086	260.037	266.390
Vencidas – 61 a 90 dias	136.374	135.921	115.532	127.779
Vencidas – 91 a 120 dias	118.116	69.705	109.539	63.929
Vencidas – mais de 120 dias	162.637	144.085	125.270	122.627
Total	10.298.189	10.324.389	10.985.509	10.903.119

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2024	(2.023.711)	(2.215.251)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(699.985)	(787.144)
Baixas	697.015	757.700
Combinação de negócios - Samauma	—	(508)
Saldos em 30.06.2025	(2.026.681)	(2.245.203)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(727.715)	(794.193)
Baixas	593.518	660.091
Combinação de negócios - Samauma	—	(278)
Combinação de negócios - FiBrasil	—	(869)
Saldos em 31.12.2025	(2.160.878)	(2.380.452)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(768.371)	(839.697)
Baixas	713.802	786.930
Saldos em 30.06.2026	(2.215.447)	(2.433.219)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Materiais para revenda ⁽¹⁾	1.765.580	1.442.313	1.858.516	1.505.519
Materiais para consumo	19.669	20.797	30.722	28.986
Outros estoques	3.600	59.814	3.009	62.890
Estoques, bruto	1.788.849	1.522.924	1.892.247	1.597.395
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência ⁽²⁾	(104.587)	(118.052)	(108.096)	(121.397)
Estoques, líquido	1.684.262	1.404.872	1.784.151	1.475.998

Notas Explicativas

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, acessórios, simcards e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes ⁽¹⁾	3.546.861	3.356.376	3.546.861	3.356.376
Taxas Fistel (TFF, Condecine e EBC) ⁽²⁾	693.875	—	693.881	—
Licenças de <i>software</i> e manutenção de redes	726.381	379.140	1.255.450	893.514
Propaganda e publicidade	137.408	176.989	137.408	176.989
Pessoal	69.823	153.043	72.290	157.750
Encargos financeiros	208.357	177.199	218.443	177.199
Aluguéis, impostos, seguros e outras despesas antecipadas	89.204	63.057	164.646	148.677
Total	5.471.909	4.305.804	6.088.979	4.910.505
Circulante	2.867.090	1.891.448	3.415.343	2.414.780
Não circulante	2.604.819	2.414.356	2.673.636	2.495.725

(1) Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes, conforme IFRS 15 / CPC 47 e diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

(2) Refere-se ao saldo remanescente dos valores das taxas de (i) Fiscalização e Funcionamento; (ii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional ("Condecine") e; (iii) Empresa Brasileira de Comunicação ("EBC") referente ao exercício, que será amortizada para o resultado até o final de 2026.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda	249.278	313.919	267.304	331.342
Contribuição social	20.587	21.252	25.627	24.944
Total	269.865	335.171	292.931	356.286

8.b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda	343.198	239.911	405.066	301.699
Contribuição social	108.375	82.690	115.733	90.606
Total	451.573	322.601	520.799	392.305
Circulante	191.438	94.989	225.874	130.866
Não circulante	260.135	227.612	294.925	261.439

Os montantes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, incluem R\$302.928 e R\$269.158, respectivamente, referente aos tributos enquadrados na IFRIC 23 / ICPC 22 (nota 8.e).

Notas Explicativas

8.c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda (“IR”) e da contribuição social (“CS”) diferidos.

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2024	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.2025
Ativo (passivo) diferido							
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa ⁽¹⁾	1.632.896	(205.841)	—	1.427.055	(171.380)	—	1.255.675
IR e CS sobre diferenças temporárias ⁽²⁾	(5.636.159)	116.934	789	(5.518.436)	27.822	54.013	(5.436.601)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.037.940	(6.529)	—	2.031.411	54.173	—	2.085.584
Fornecedores e outras provisões	2.345.098	301.811	—	2.646.909	259.525	—	2.906.434
Carteira de clientes e marcas	(163.541)	13.235	—	(150.306)	14.315	—	(135.991)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	612.793	(3.497)	—	609.296	68.004	—	677.300
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	114.779	13.244	—	128.023	(14.710)	—	113.313
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	244.307	5.666	—	249.973	(69.552)	30.277	210.698
Participação nos resultados	204.355	(55.442)	—	148.913	65.854	—	214.767
Licenças	(2.208.640)	78.880	—	(2.129.760)	78.880	—	(2.050.880)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart. e Garliava)	(7.663.800)	(115.420)	—	(7.779.220)	(115.420)	—	(7.894.640)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.247.037)	66.978	—	(1.180.059)	(54.503)	—	(1.234.562)
Lei da Inovação tecnológica	(5.718)	734	—	(4.984)	688	—	(4.296)
Sobre outras diferenças temporárias	93.305	(182.726)	789	(88.632)	(259.432)	23.736	(324.328)
Total do Passivo líquido, não circulante	(4.003.263)	(88.907)	789	(4.091.381)	(143.558)	54.013	(4.180.926)
Ativo fiscal diferido	8.784.066			8.738.659			9.177.424
Passivo fiscal diferido	(12.787.329)			(12.830.040)			(13.358.350)
Passivo fiscal diferido, líquido	(4.003.263)			(4.091.381)			(4.180.926)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:							
Passivo fiscal diferido	(4.003.263)			(4.091.381)			(4.180.926)

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2025	Saldos em Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	PPA FiBrasil ⁽³⁾	Saldos em 30.06.2026
Ativo (passivo) diferido					
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa ⁽¹⁾	1.255.675	(297.470)	—	—	958.205
IR e CS sobre diferenças temporárias ⁽²⁾	(5.436.601)	441.026	(11.985)	(52.343)	(5.059.903)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.085.584	61.121	—	—	2.146.705
Fornecedores e outras provisões	2.906.434	354.190	—	—	3.260.624
Carteira de clientes e marcas	(135.991)	14.315	—	—	(121.676)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	677.300	21.986	—	—	699.286
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	113.313	2.055	—	—	115.368
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	210.698	68.593	—	—	279.291
Participação nos resultados	214.767	(67.750)	—	—	147.017
Licenças	(2.050.880)	78.880	—	—	(1.972.000)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart. e Garliava)	(7.894.640)	(115.420)	—	—	(8.010.060)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.234.562)	(47.199)	—	—	(1.281.761)
Lei da Inovação tecnológica	(4.296)	677	—	—	(3.619)
Sobre outras diferenças temporárias	(324.328)	69.578	(11.985)	(52.343)	(319.078)
Total do Passivo líquido, não circulante	(4.180.926)	143.556	(11.985)	(52.343)	(4.101.698)
Ativo fiscal diferido	9.177.424				9.401.722
Passivo fiscal diferido	(13.358.350)				(13.503.420)
Passivo fiscal diferido, líquido	(4.180.926)				(4.101.698)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:					
Passivo fiscal diferido	(4.180.926)				(4.101.698)

Notas Explicativas

	Consolidado										
	Saldos em 31.12.2024	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios - Samauma	Saldos em 30.06.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios Samauma	Combinação de negócios FiBrasil	Combinação de negócios Cyber	Saldos em 31.12.2025
Ativo (passivo) diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa ⁽¹⁾	1.720.781	(206.815)	—	—	1.513.966	(155.934)	—	—	79.694	—	1.437.726
IR e CS sobre diferenças temporárias ⁽²⁾	(5.578.243)	114.274	789	(2.979)	(5.466.159)	78.062	53.865	(556)	(18.495)	3.656	(5.349.627)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.088.350	(4.472)	—	805	2.084.683	54.115	—	32	8.702	—	2.147.532
Fornecedores e outras provisões	2.361.206	310.065	—	—	2.671.271	296.671	—	—	2.454	369	2.970.765
Carteira de clientes e marcas	(144.199)	(4.768)	—	—	(148.967)	18.873	—	—	—	—	(130.094)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	619.881	(3.581)	—	—	616.300	79.884	—	—	296	—	696.480
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	114.779	13.244	—	—	128.023	(14.710)	—	—	—	—	113.313
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	245.299	5.726	—	—	251.025	(70.022)	30.138	—	—	—	211.141
Participação nos resultados	209.830	(56.615)	—	—	153.215	66.852	—	—	4.477	2.222	226.766
Licenças	(2.208.640)	78.880	—	—	(2.129.760)	78.880	—	—	—	—	(2.050.880)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart., Garliava e Vita IT)	(7.678.224)	(106.519)	—	—	(7.784.743)	(105.142)	—	—	(16.856)	—	(7.906.741)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.247.038)	66.978	—	—	(1.180.060)	(54.503)	—	—	—	—	(1.234.563)
Lei da Inovação tecnológica	(5.718)	734	—	—	(4.984)	688	—	—	—	—	(4.296)
Sobre outras diferenças temporárias	66.231	(185.398)	789	(3.784)	(122.162)	(273.524)	23.727	(588)	(17.568)	1.065	(389.050)
Total do Passivo líquido, não circulante	(3.857.462)	(92.541)	789	(2.979)	(3.952.193)	(77.872)	53.865	(556)	61.199	3.656	(3.911.901)
Ativo fiscal diferido	8.947.536				8.932.500						9.593.230
Passivo fiscal diferido	(12.804.998)				(12.884.693)						(13.505.131)
Passivo fiscal diferido, líquido	(3.857.462)				(3.952.193)						(3.911.901)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:											
Ativo fiscal diferido de controladas	158.215				146.903						314.284
Passivo fiscal diferido	(4.015.677)				(4.099.096)						(4.226.185)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.2026
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa ⁽¹⁾	1.437.726	(394.043)	—	1.043.683
IR e CS sobre diferenças temporárias ⁽²⁾	(5.349.627)	437.928	(11.985)	(4.923.684)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.147.532	43.156	—	2.190.688
Fornecedores e outras provisões	2.970.765	343.261	—	3.314.026
Carteira de clientes e marcas	(130.094)	13.303	—	(116.791)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	696.480	29.882	—	726.362
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	113.313	2.055	—	115.368
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	211.141	69.060	—	280.201
Participação nos resultados	226.766	(72.234)	—	154.532
Licenças	(2.050.880)	78.880	—	(1.972.000)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart., Garliava e Vita IT)	(7.906.741)	(133.023)	—	(8.039.764)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.234.563)	(47.199)	—	(1.281.762)
Lei da Inovação tecnológica	(4.296)	677	—	(3.619)
Sobre outras diferenças temporárias	(389.050)	110.110	(11.985)	(290.925)
Total do Passivo líquido, não circulante	(3.911.901)	43.885	(11.985)	(3.880.001)
Ativo fiscal diferido	9.593.230			9.814.683
Passivo fiscal diferido	(13.505.131)			(13.694.684)
Passivo fiscal diferido, líquido	(3.911.901)			(3.880.001)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Ativo fiscal diferido de controladas	314.284			221.697
Passivo fiscal diferido	(4.226.185)			(4.101.698)

(1) Refere-se aos montantes registrados que, conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Refere-se à baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as alocações de mais/menos valia de ativos imobilizados e intangíveis, decorrentes da aquisição dos 50% da parcela de não controladores da FiBrasil, ocorrida em 12 de novembro de 2025. A contrapartida desta baixa foi alocada aos investimentos (nota 12).

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 existiam ativos fiscais diferidos não reconhecidos relativos a imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social em base negativa nos livros contábeis de algumas controladas da Companhia sendo: R\$33.723 da POP, TLF05 (anteriormente Recicla V) e TGLog em 30 de junho de 2026 e R\$19.039 da POP, TLF05 (anteriormente Recicla V), TGLog e FiBrasil) em e 31 de dezembro de 2025, pois não era provável a geração de lucros tributáveis futuros para utilização desses créditos.

8.d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir apresentamos as reconciliações da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Lucro antes dos tributos	1.764.461	1.542.843	3.361.088	2.948.269	1.883.815	1.555.450	3.486.905	2.971.220
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(599.917)	(524.566)	(1.142.770)	(1.002.411)	(640.497)	(528.853)	(1.185.548)	(1.010.215)
Diferenças permanentes								
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	406.300	319.600	584.800	448.800	406.300	319.600	584.800	448.800
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(11.944)	(23.883)	(20.230)	(48.306)	(12.193)	(24.283)	(21.801)	(49.103)
Lucro de exploração	12.242	9.623	19.625	18.710	12.242	9.623	19.625	18.710
Equivalência patrimonial	(38.284)	4.375	(28.660)	13.768	122	185	(540)	(1.074)
Juros sobre o capital próprio prescritos	(15.337)	—	(15.337)	—	(15.337)	—	(15.337)	—
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	—	—	—	—	(110.240)	—	(110.240)	—
Outras exclusões, líquidas	55.036	16.462	75.124	23.836	43.348	7.083	66.247	16.737
Débito tributário	(191.904)	(198.389)	(527.448)	(545.603)	(316.255)	(216.645)	(662.794)	(576.145)
Taxa efetiva	10,9 %	12,9 %	15,7 %	18,5 %	16,8 %	13,9 %	19,0 %	19,4 %
IR e CS correntes	(311.956)	(191.912)	(671.004)	(456.696)	(337.242)	(209.568)	(706.679)	(483.604)
IR e CS diferidos	120.052	(6.477)	143.556	(88.907)	20.987	(7.077)	43.885	(92.541)

8.e. Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, nos montantes consolidados de R\$43.249.709 e R\$40.297.796 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%). Estes montantes são atualizados monetariamente utilizando a SELIC.

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de perda é superior a 50% foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social nos montantes consolidados de R\$302.928 e R\$269.158 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

8.f. Nova regra de cálculo ("Pilar II") - OCDE

Em 27 de dezembro de 2024, foi promulgada a lei 15.079/24 que institui o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária modelo OCDE (“Pilar II”). Por esta lei, sempre que a Companhia, adotando os critérios de cálculo nela previstos, apurar alíquota conjugada efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido inferior a 15% deverá efetuar pagamento adicional até atingir esse percentual mínimo. Essa regra está válida desde janeiro de 2025 e a Companhia não terá impacto significativo desta regra em seus recolhimentos, pois já atende aos limites previstos.

Regras de Preço de Transferência – Alinhamento ao padrão OCDE

Em 28 de dezembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.596/2023, posteriormente regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.161/2023, que instituiu o novo regime brasileiro de Preço de Transferência, alinhado às diretrizes da OCDE. As novas regras tornaram-se obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2024 e visam assegurar que as operações *intercompany* sejam realizadas de acordo com o princípio *arm’s length*.

Notas Explicativas

A Companhia está atualmente em fase de elaboração da análise do exercício correspondente, incluindo o estudo de comparabilidade, documentação de suporte e revisão dos métodos aplicáveis, conforme previsto na legislação vigente. Embora o processo técnico ainda esteja em desenvolvimento, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção do novo regime de preço de transferência, tendo em vista a natureza das operações praticadas e o histórico de conformidade com padrões internacionais.

A Companhia continuará monitorando a aplicação das normas e manterá suas demonstrações financeiras atualizadas com base em eventuais ajustes identificados quando da conclusão da análise formal de preço de transferência.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS ⁽¹⁾	2.291.041	2.296.378	2.310.821	2.321.798
PIS e COFINS	433.489	513.950	485.559	558.973
Impostos e contribuições retidos na fonte ⁽²⁾	351.934	288.156	411.315	334.941
Outros tributos	85.158	87.447	98.668	90.806
Total	3.161.622	3.185.931	3.306.363	3.306.518
Circulante	2.515.064	2.571.664	2.653.216	2.687.600
Não circulante	646.558	614.267	653.147	618.918

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$601.851 e R\$568.579 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

(2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais e ocorrem bloqueios de saldos bancários para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos judiciais				
Tributários	1.549.148	1.499.788	1.759.416	1.703.327
Cíveis	972.915	928.308	974.579	929.909
Regulatórios	251.532	267.596	251.532	267.596
Trabalhistas	36.077	39.113	40.443	43.683
Total	2.809.672	2.734.805	3.025.970	2.944.515
Bloqueios judiciais	17.273	18.896	17.962	19.803
Total	2.826.945	2.753.701	3.043.932	2.964.318
Circulante	143.606	106.279	146.365	107.565
Não circulante	2.683.339	2.647.422	2.897.567	2.856.753

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a composição consolidada dos saldos dos depósitos judiciais tributários, classificados por tributo, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. As informações relativas aos depósitos judiciais são as mesmas da nota explicativa 10) Depósitos e Bloqueios Judiciais, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Tributos	30.06.2026	31.12.2025
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	673.974	656.567
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	428.182	411.581
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	364.218	355.555
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	67.111	65.358
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	60.506	58.912
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	31.063	30.225
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	2.449	6.720
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	30.580	29.537
Outros impostos, taxas e contribuições	101.333	88.872
Total	1.759.416	1.703.327

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	156.519	159.245	31.487	26.471
Alienação de imóveis e valores a receber de fornecedores	260.037	473.091	260.037	473.091
Adiantamentos a empregados e fornecedores	148.241	49.781	172.941	55.522
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) ⁽¹⁾	146.278	182.835	146.349	182.907
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil -2024	46.728	46.830	—	—
Ativos indenizatórios (aquisições IPNET, VSS e Samauma)	—	—	145.512	141.610
Bens destinados à venda ⁽²⁾	8.995	8.761	8.995	8.761
Sublocação de ativos e outros valores a realizar	17.110	13.196	24.118	16.866
Total	783.908	933.739	789.439	905.228
Circulante	526.311	447.115	516.950	419.300
Não circulante	257.597	486.624	272.489	485.928

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui os montantes de R\$142.693 e R\$179.493, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

(2) Refere-se ao custo residual de imóveis classificados como disponíveis para venda em suas condições atuais, em processo de formalização do contrato de compra e venda. A depreciação destes imóveis foi cessada a partir da data da reclassificação do ativo imobilizado.

12. INVESTIMENTOS

12.a. Informações das Investidas

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das controladas diretas e de controle conjunto nas quais a Companhia possui participação.

Investidas	Participação	Investimento	30.06.2026			Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026	
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks ⁽¹⁾	100,00 %	Controlada	1.497.794	892.131	605.663	602.571	29.820
TGLog	100,00 %	Controlada	45.733	31.883	13.850	29.079	1.120
POP ⁽²⁾	100,00 %	Controlada	207.765	85.724	122.041	26.553	11.697
Vivo Pay I	100,00 %	Controlada	243.839	62.422	181.417	71.492	18.831
Vivo Pay III	100,00 %	Controlada	3.221	45	3.176	635	(800)
Vivo Pay Holding ⁽³⁾	100,00 %	Controlada	32.668	6.298	26.370	2.025	(5.219)
Vivo Ventures	98,00 %	Controlada	254.823	444	254.379	—	(1.145)
FiBrasil ⁽⁴⁾	100,00 %	Controlada	1.922.358	1.227.670	694.688	215.830	(117.925)
CloudCo Brasil	50,01 %	Controlada	1.435.396	1.297.616	137.780	1.124.525	(12.574)
Aliança	50,00 %	Controle conjunto	286.126	1.558	284.568	—	10.601
AIX	50,00 %	Controle conjunto	47.941	36.955	10.986	21.117	(10.869)
ACT	50,00 %	Controle conjunto	32	5	27	52	(16)
GUD	50,00 %	Controle conjunto	—	—	—	—	(2.891)

Investidas	Participação	Investimento	31.12.2025			Período de seis meses findo em 30 de junho de 2025	
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks ⁽¹⁾	100,00%	Controlada	1.487.924	912.081	575.843	395.653	37.242
TGLog	100,00%	Controlada	46.504	33.775	12.729	22.920	1.392
POP ⁽²⁾	100,00%	Controlada	193.031	82.687	110.344	22.744	8.811
Vivo Pay I	100,00%	Controlada	251.422	78.836	172.586	85.827	3.343
Vivo Pay II	100,00%	Controlada	—	—	—	483	(587)
Vivo Pay III	100,00%	Controlada	2.010	27	1.983	—	—
Vivo Pay Holding ⁽³⁾	100,00%	Controlada	35.333	3.745	31.588	—	(3.603)
FiBrasil ⁽⁴⁾	75,01% / 25,01%	Controlada (Dez-25) / Controle conjunto (Jun-25)	2.024.474	1.211.861	812.613	205.577	(6.393)
CloudCo Brasil ⁽⁵⁾	50,01%	Controlada	1.306.016	1.155.661	150.355	858.787	(18.358)
IoTCo Brasil ⁽⁶⁾	50,01%	Controlada	—	—	—	59.357	2.979
Vivo Ventures ⁽⁷⁾	98,00%	Controlada	250.880	1.238	249.642	—	4.843
Aliança	50,00%	Controle conjunto	301.512	798	300.714	—	2.690
AIX	50,00%	Controle conjunto	60.180	38.325	21.855	35.634	1.465
ACT	50,00%	Controle conjunto	49	6	43	52	1
VIVAE ⁽⁷⁾	50,00%	Controle conjunto	—	—	—	3.604	(2.147)
GUD	50,00%	Controle conjunto	37.864	13.748	24.116	2.511	(5.130)

(1) É a controladora integral e direta da TIS, da TLF01 e da Samauma. A TIS era a controladora da CyberCo Brasil desde 9 de dezembro de 2025.A CyberCo Brasil foi incorporada pela TIS e extinta em 1º de julho de 2026, nota 35.b..

(2) É a controladora integral e direta da TLF05 Empreendimentos e Participações Ltda (anteriormente Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda) e da Vale Saúde Gestão e Soluções Ltda (anteriormente Vale Saúde Administradora de Cartões Ltda).

(3) É a controladora integral e direta da Vivo Pay SCD.

(4) Passou a ser controlada pela Companhia em 12 de novembro de 2025. Em 18 de maio de 2026, a Companhia adquiriu o controle total da FiBrasil (nota 1.c.1).

(5) Era a controladora integral e direta da IPNET e IPNET USA. Em 1º de julho de 2025 e em 1º de novembro de 2025, incorporou a IoTCo Brasil e a IPNET, respectivamente.

(6) Foi incorporada pela CloudCo Brasil em 1º de julho de 2025.

(7) Houve uma reorganização societária com a Vivo Ventures em 6 de outubro de 2025, ocorrendo o aporte do investimento na VivaE para o Vivo Ventures.

Notas Explicativas

12.b. Movimentação dos investimentos

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.2024	889.844	430.577	—	26	1.320.447	566.384
Resultado de equivalência patrimonial	43.653	(3.159)	—	—	40.494	(3.159)
Dividendos (Terra Networks)	(23.800)	—	—	—	(23.800)	—
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Ventures, GUD e Vivo Pay II)	17.897	10.674	—	—	28.571	10.674
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	21.721
Outros resultados abrangentes	—	(842)	—	1	(841)	(841)
Saldos em 30.06.2025	927.594	437.250	—	27	1.364.871	594.779
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	127.604	(15.068)	—	—	112.536	(15.068)
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Terra Networks, Vivo Ventures, Vivo Pay I, Vivo Pay III, VivaE, GUD, Vivo Pay Holding) e resgate de cotas no Vivo Pay I	326.320	4.249	—	—	330.569	4.249
Transação de capital pela aquisição da CyberCo Brasil pela TIS	(168.729)	—	—	—	(168.729)	—
Reorganização societária Vivo Ventures e VivaE - Aporte de investimentos no Vivo Ventures	11.222	(11.222)	—	—	—	—
Reorganização societária Vivo Ventures e VivaE - Ganho na remensuração de participação societária	—	6.153	—	—	6.153	6.153
Aquisição do controle societário da FiBrasil	599.084	(372.251)	631.169	—	858.002	(372.251)
Ganho na remensuração da participação societária na aquisição do controle da FiBrasil	—	128.750	—	—	128.750	128.750
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	72.637
Outros resultados abrangentes	(1.740)	1.655	—	(27)	(112)	1.628
Outros	(106)	—	—	—	(106)	—
Saldos em 31.12.2025	1.821.249	179.516	631.169	—	2.631.934	420.877
Resultado de equivalência patrimonial	(82.705)	(1.588)	—	—	(84.293)	(1.588)
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Ventures, Vivo Pay III e GUD) e resgate de cotas no Vivo Pay I	(2.243)	859	—	—	(1.384)	859
Aquisição da participação dos acionistas não controladores da FiBrasil	—	—	197.608	—	197.608	—
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	6.224
Baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as alocações de mais/menos valia de imobilizado e intangível	52.343	—	—	—	52.343	—
Outros resultados abrangentes	—	(13.374)	—	—	(13.374)	(13.374)
Saldos em 30.06.2026	1.788.644	165.413	828.777	—	2.782.834	412.998

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

13.a. Composição e movimentação

	Controladora							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Equipamentos em comodato	Equipamentos terminais	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	
Saldos em 31.12.2024	22.759.541	15.989.969	5.504.187	212.327	239.265	462.287	1.628.442	46.796.018
Adições	83.378	986.951	45.897	582	—	68.594	2.838.842	4.024.244
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(75.090)	(21.912)	(17)	—	(308)	(7.379)	(16.514)	(121.220)
Transferências líquidas ⁽²⁾	2.000.638	265.958	571.911	8.068	—	(54.100)	(2.793.771)	(1.296)
Subarrendamento	—	(38.654)	—	—	—	—	—	(38.654)
Depreciação (nota 25)	(2.239.838)	(1.995.736)	(1.097.687)	(77.243)	—	(36.147)	—	(5.446.651)
Saldos em 30.06.2025	22.528.629	15.186.576	5.024.291	143.734	238.957	433.255	1.656.999	45.212.441
Adições	56.986	2.597.395	36.568	(48)	—	97.385	3.229.200	6.017.486
Baixas líquidas ⁽¹⁾	72.279	(193.233)	—	—	(335)	(698)	5.393	(116.594)
Transferências líquidas	1.235.881	281.198	1.386.724	10.370	—	4	(2.914.177)	—
Subarrendamento	—	(17.840)	—	—	—	—	—	(17.840)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(7.399)	—	—	(1.362)	—	—	(8.761)
Depreciação	(2.194.811)	(2.071.289)	(1.108.256)	(35.798)	—	(84.801)	—	(5.494.955)
Saldos em 31.12.2025	21.698.964	15.775.408	5.339.327	118.258	237.260	445.145	1.977.415	45.591.777
Adições	9.419	1.242.177	45.261	5	—	44.506	2.957.332	4.298.700
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(1.343)	(44.011)	(22)	(15)	—	(1.503)	(16.535)	(63.429)
Transferências líquidas	2.460.075	41.780	839.788	31.939	—	13.096	(3.386.678)	—
Subarrendamento	—	(2.615)	—	—	—	—	—	(2.615)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(234)	—	—	—	—	—	(234)
Depreciação (nota 25)	(2.231.016)	(2.114.256)	(1.169.032)	(33.210)	—	(86.267)	—	(5.633.781)
Saldos em 30.06.2026	21.936.099	14.898.249	5.055.322	116.977	237.260	414.977	1.531.534	44.190.418
Saldos em 31.12.2025								
Custo	94.841.291	50.078.389	32.920.602	6.585.077	237.260	5.882.621	1.977.415	192.522.655
Depreciação acumulada	(73.142.327)	(34.302.981)	(27.581.275)	(6.466.819)	—	(5.437.476)	—	(146.930.878)
Total	21.698.964	15.775.408	5.339.327	118.258	237.260	445.145	1.977.415	45.591.777
Saldos em 30.06.2026								
Custo	97.445.108	50.869.083	33.786.071	6.615.039	237.260	5.878.615	1.531.534	196.362.710
Depreciação acumulada	(75.509.009)	(35.970.834)	(28.730.749)	(6.498.062)	—	(5.463.638)	—	(152.172.292)
Total	21.936.099	14.898.249	5.055.322	116.977	237.260	414.977	1.531.534	44.190.418

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Equipamentos em comodato	Equipamentos terminais	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos em 31.12.2024	22.770.806	15.990.041	5.510.213	212.486	239.265	453.959	1.635.611	46.812.381
Adições	82.232	990.620	50.203	593	—	70.230	2.836.734	4.030.612
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(75.090)	(24.398)	(17)	—	(308)	(7.379)	(16.514)	(123.706)
Transferências líquidas ⁽²⁾	2.000.636	265.960	571.911	8.068	—	(54.097)	(2.793.774)	(1.296)
Subarrendamento	—	(38.654)	—	—	—	—	—	(38.654)
Combinação de negócios – Samauma	—	—	—	—	—	217	—	217
Depreciação (nota 25)	(2.240.974)	(1.995.578)	(1.097.688)	(77.264)	—	(41.152)	—	(5.452.656)
Saldos em 30.06.2025	22.537.610	15.187.991	5.034.622	143.883	238.957	421.778	1.662.057	45.226.898
Adições	57.924	2.645.591	40.138	(3)	—	101.323	3.233.002	6.077.975
Baixas líquidas ⁽¹⁾	72.280	(193.463)	—	—	(335)	629	4.942	(115.947)
Transferências líquidas ⁽²⁾	1.235.175	281.194	1.390.073	9.544	—	345	(2.916.333)	(2)
Subarrendamento	—	33.781	—	—	—	—	—	33.781
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(7.399)	—	—	(1.362)	—	—	(8.761)
Combinação de negócios – FiBrasil	—	1.563.540	—	—	818	1.061	114.083	1.679.502
Combinação de negócios – Cyber	2.800	505	—	—	—	990	860	5.155
Depreciação	(2.196.264)	(2.109.530)	(1.108.740)	(35.820)	—	(91.207)	—	(5.541.561)
Saldos em 31.12.2025	21.709.525	17.402.210	5.356.093	117.604	238.078	434.919	2.098.611	47.357.040
Adições	8.702	1.356.971	49.148	58	—	45.261	2.952.827	4.412.967
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(116)	(41.011)	(22)	(14)	—	(2.830)	(17.118)	(61.111)
Transferências líquidas ⁽²⁾	2.460.696	41.780	839.950	29.769	—	15.266	(3.388.395)	(934)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(234)	—	—	—	—	—	(234)
Depreciação (nota 25)	(2.232.340)	(2.238.500)	(1.169.033)	(33.238)	—	(95.423)	—	(5.768.534)
Saldos em 30.06.2026	21.946.467	16.521.216	5.076.136	114.179	238.078	397.193	1.645.925	45.939.194
Saldos em 31.12.2025								
Custo	94.868.938	52.291.576	32.937.369	6.585.887	238.078	6.078.455	2.098.611	195.098.914
Depreciação acumulada	(73.159.413)	(34.889.366)	(27.581.276)	(6.468.283)	—	(5.643.536)	—	(147.741.874)
Total	21.709.525	17.402.210	5.356.093	117.604	238.078	434.919	2.098.611	47.357.040
Saldos em 30.06.2026								
Custo	97.475.069	53.202.776	33.806.886	6.615.931	238.078	6.124.565	1.645.925	199.109.230
Depreciação acumulada	(75.528.602)	(36.681.560)	(28.730.750)	(6.501.752)	—	(5.727.372)	—	(153.170.036)
Total	21.946.467	16.521.216	5.076.136	114.179	238.078	397.193	1.645.925	45.939.194

(1) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$40.796 e R\$213.077 em 2026 e 2025, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento (nota 13.c).

(2) Os saldos totais referem-se às transferências entre classes de ativos imobilizados e intangíveis (nota 14.a).

Notas Explicativas

13.b. Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.c.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	30.06.2026		31.12.2025		30.06.2026		31.12.2025	
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50 % a	66,67 %	2,50 % a	66,67 %	2,50 % a	66,67 %	2,50 % a	66,67 %
Infraestrutura	2,50 % a	20,00 %	2,50 % a	20,00 %	2,50 % a	50,00 %	2,50 % a	50,00 %
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e modems)	20,00 % a	50,00 %	20,00 % a	50,00 %	20,00 % a	50,00 %	20,00 % a	50,00 %
Equipamentos terminais	10,00 % a	25,00 %	10,00 % a	25,00 %	10,00 % a	50,00 %	10,00 % a	50,00 %
Outros ativos imobilizados	10,00 % a	25,00 %	10,00 % a	25,00 %	10,00 % a	50,00 %	10,00 % a	25,00 %

13.c. Arrendamentos (Direitos de Uso)

A seguir, apresentamos a movimentação e os saldos consolidados dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.a).

	Infraestrutura	Equipamentos de comutação e transmissão	Outros ativos	Total
Saldos em 31.12.2024	12.989.228	253.131	5.259	13.247.618
Adições	956.126	79.286	35.862	1.071.274
Subarrendamento (nota 13.a)	(38.654)	—	—	(38.654)
Depreciação	(1.761.090)	(47.073)	(9.243)	(1.817.406)
Cancelamentos de contratos	(99.294)	(840)	—	(100.134)
Saldos em 30.06.2025	12.046.316	284.504	31.878	12.362.698
Adições	2.552.249	48.971	27.643	2.628.863
Subarrendamento (nota 13.a)	33.781	—	—	33.781
Depreciação	(1.853.963)	(42.779)	(9.270)	(1.906.012)
Cancelamentos de contratos	(113.783)	(210)	—	(113.993)
Combinação de negócios – FiBrasil	110.330	—	—	110.330
Combinação de negócios – Cyber	380	—	—	380
Saldos em 31.12.2025	12.775.310	290.486	50.251	13.116.047
Adições	1.233.529	5.506	—	1.239.035
Depreciação	(1.918.219)	(39.394)	(9.175)	(1.966.788)
Cancelamentos de contratos	(40.796)	—	(110)	(40.906)
Saldos em 30.06.2026	12.049.824	256.598	40.966	12.347.388
Saldos em 31.12.2025				
Custo	32.014.344	638.473	193.117	32.845.934
Depreciação acumulada	(19.239.034)	(347.987)	(142.866)	(19.729.887)
Total	12.775.310	290.486	50.251	13.116.047
Saldos em 30.06.2026				
Custo	33.101.714	643.979	192.209	33.937.902
Depreciação acumulada	(21.051.890)	(387.381)	(151.243)	(21.590.514)
Total	12.049.824	256.598	40.966	12.347.388

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação dos direitos de uso.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	30.06.2026		31.12.2025		30.06.2026		31.12.2025	
Infraestrutura	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %
Equipamentos de comutação e transmissão	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %
Outros ativos imobilizados	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %

13.d. Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$9.402 e R\$9.675, respectivamente.

14. INTANGÍVEL

14.a. Composição e movimentação

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
		Ágio ⁽¹⁾	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	
Saldos em 31.12.2024	26.262.978	13.595.254	6.568.617	484.179	85.793	30.736	826.247	47.853.804
Adições	—	—	55	—	—	—	1.348.357	1.348.412
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	1.439.630	—	—	—	(1.438.334)	1.296
Amortização (nota 25)	—	(659.138)	(1.197.617)	(42.103)	(39.079)	(1.303)	—	(1.939.240)
Saldos em 30.06.2025	26.262.978	12.936.116	6.810.685	442.076	46.714	29.433	736.270	47.264.272
Adições	—	—	1.856	—	—	—	1.509.095	1.510.951
Transferências líquidas	—	—	1.455.490	—	—	—	(1.455.490)	—
Amortização	—	(659.138)	(1.270.018)	(42.102)	(7.612)	(1.302)	—	(1.980.172)
Saldos em 31.12.2025	26.262.978	12.276.978	6.998.013	399.974	39.102	28.131	789.875	46.795.051
Adições	—	—	634	—	—	—	1.455.038	1.455.672
Baixas líquidas	—	—	(42)	—	—	—	—	(42)
Transferências líquidas	—	—	1.866.800	—	—	—	(1.866.800)	—
Amortização (nota 25)	—	(659.138)	(1.360.895)	(42.103)	(7.612)	(1.302)	—	(2.071.050)
Saldos em 30.06.2026	26.262.978	11.617.840	7.504.510	357.871	31.490	26.829	378.113	46.179.631
Saldos em 31.12.2025								
Custo	26.262.978	29.772.875	33.520.865	1.658.897	4.536.912	269.557	789.875	96.811.959
Amortização acumulada	—	(17.495.897)	(26.522.852)	(1.258.923)	(4.497.810)	(241.426)	—	(50.016.908)
Total	26.262.978	12.276.978	6.998.013	399.974	39.102	28.131	789.875	46.795.051
Saldos em 30.06.2026								
Custo	26.262.978	29.772.875	35.378.789	1.658.897	4.536.912	269.557	378.113	98.258.121
Amortização acumulada	—	(18.155.035)	(27.874.279)	(1.301.026)	(4.505.422)	(242.728)	—	(52.078.490)
Total	26.262.978	11.617.840	7.504.510	357.871	31.490	26.829	378.113	46.179.631

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
		Ágio ⁽¹⁾	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento
Saldos em 31.12.2024	26.565.135	13.595.254	6.586.840	496.172	122.126	68.305	827.815	48.261.647
Adições	—	—	111	—	—	—	1.348.357	1.348.468
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	1.440.018	(80)	(103)	(205)	(1.438.334)	1.296
Combinação de negócios – Samauma	59.597	—	6	5.929	—	9.346	—	74.878
Combinação de negócios – IPNET	1.660	—	—	—	—	—	—	1.660
Amortização (nota 25)	—	(659.138)	(1.200.414)	(43.784)	(42.531)	(5.413)	—	(1.951.280)
Saldos em 30.06.2025	26.626.392	12.936.116	6.826.561	458.237	79.492	72.033	737.838	47.736.669
Adições	—	—	52.074	—	—	—	1.509.273	1.561.347
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	1.455.492	—	1	—	(1.455.491)	2
Combinação de negócios – Samauma	(21.007)	—	—	(469)	—	11.944	—	(9.532)
Combinação de negócios – IPNET	300	—	—	—	(130)	(172)	—	(2)
Combinação de negócios – FiBrasil	631.169	—	42.203	445	3.836	—	—	677.653
Combinação de negócios – Cyber	—	—	1.228	—	—	—	—	1.228
Amortização	—	(659.138)	(1.276.396)	(44.105)	(11.239)	(8.029)	—	(1.998.907)
Saldos em 31.12.2025	27.236.854	12.276.978	7.101.162	414.108	71.960	75.776	791.620	47.968.458
Adições	—	—	6.978	—	—	—	1.455.135	1.462.113
Baixas líquidas	—	—	(12)	—	—	—	—	(12)
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	1.867.912	—	—	—	(1.866.978)	934
Amortização (nota 25)	—	(659.138)	(1.377.303)	(44.047)	(11.466)	(7.054)	—	(2.099.008)
Saldos em 30.06.2026	27.236.854	11.617.840	7.598.737	370.061	60.494	68.722	379.777	47.332.485
Saldos em 31.12.2025								
Custo	27.236.854	29.772.875	33.811.189	1.679.752	4.583.991	336.367	791.620	98.212.648
Amortização acumulada	—	(17.495.897)	(26.710.027)	(1.265.644)	(4.512.031)	(260.591)	—	(50.244.190)
Total	27.236.854	12.276.978	7.101.162	414.108	71.960	75.776	791.620	47.968.458
Saldos em 30.06.2026								
Custo	27.236.854	29.772.875	35.682.082	1.679.752	4.583.991	336.367	379.777	99.671.698
Amortização acumulada	—	(18.155.035)	(28.083.345)	(1.309.691)	(4.523.497)	(267.645)	—	(52.339.213)
Total	27.236.854	11.617.840	7.598.737	370.061	60.494	68.722	379.777	47.332.485

(1) Referem-se às operações da Santo Genovese Participações (2004); Spanish e Figueira (2006); Telefônica Televisão Participações (2008); Vivo Participações (2011); GVT Participações (2015), Garliava e Vita IT (2022), Vale Saúde (2023), IPNET (2024), Samauma e FiBrasil (2025).

(2) Os saldos totais referem-se às transferências entre classes de ativos intangíveis e imobilizado (nota 13.a).

Notas Explicativas

14.b. Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de amortização.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	30.06.2026		31.12.2025		30.06.2026		31.12.2025	
<i>Licenças</i>	3,60 %	a 24,00 %	3,60 %	a 24,00 %	3,60 %	a 24,00 %	3,60 %	a 24,00 %
<i>Softwares</i>		20,00 %		20,00 %		20,00 %		20,00 %
<i>Marcas</i>		5,13 %		5,13 %	5,13 %	a 23,53 %	5,13 %	a 23,53 %
Carteira de clientes	10,00 %	a 12,50 %	10,00 %	a 12,50 %	9,70 %	a 20,69 %	10,00 %	a 20,69 %
Outros intangíveis		20,00 %		20,00 %	16,67 %	a 25,00 %	16,67 %	a 25,00 %

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Encargos e benefícios sociais	720.091	568.166	817.405	645.291
Participação de empregados nos resultados	291.563	489.023	313.587	533.219
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	144.242	151.325	147.934	154.736
Salários e remunerações	36.872	42.914	90.656	94.518
Outros	—	—	32.289	31.611
Total	1.192.768	1.251.428	1.401.871	1.459.375
Circulante	1.139.148	1.171.475	1.315.059	1.346.202
Não circulante	53.620	79.953	86.812	113.173

16. FORNECEDORES

A Companhia e/ou suas controladas não possuem acordos de financiamento com fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	8.385.232	8.354.699	9.137.306	9.020.559
Partes relacionadas (nota 28)	652.722	604.018	375.999	319.751
Valores a repassar (operadoras, <i>cobilling</i>)	290.213	291.670	290.215	291.670
Interconexão / interligação	220.499	229.314	220.499	229.314
Total	9.548.666	9.479.701	10.024.019	9.861.294

Notas Explicativas

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Fistel ⁽¹⁾	7.341.381	6.147.772	7.341.381	6.147.772
ICMS	1.390.491	1.332.544	1.483.372	1.417.412
PIS e COFINS	222.260	215.904	247.999	233.775
Fust e Funttel	109.980	106.635	109.980	106.635
Outros tributos	215.205	175.821	234.142	191.812
Total	9.279.317	7.978.676	9.416.874	8.097.406
Circulante	1.557.879	1.467.678	1.622.493	1.516.170
Não circulante	7.721.438	6.510.998	7.794.381	6.581.236

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2020 a 2025 que estão com a exigibilidade suspensa, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sendo que não há perspectiva de conclusão do julgamento no curto prazo. O montante está classificado como passivo não circulante e atualizado pela Selic.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO ("JSCP")

O artigo nº 8 da Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, alterou o inciso 2º do artigo nº 9 da Lei nº 9.249, de 25 de dezembro de 1995, passando a alíquota do imposto de renda na fonte sobre os JSCP de 15% para 17,5% na data do pagamento ou do crédito ao beneficiário. A vigência desta alteração iniciou a partir de 1º de janeiro de 2026.

18.a. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação consolidada dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

18.a.1. Composição

	30.06.2026	31.12.2025
Telefónica	580.479	1.002.973
Telefónica Latinoamérica Holding	558.009	962.667
Telefónica Chile	—	1.481
Acionistas não controladores	544.035	807.423
Total	1.682.523	2.774.544

Notas Explicativas

18.a.2. Movimentação

	2026	2025
Saldo no início do exercício	2.774.544	2.237.090
JSCP intermediários declarados (líquidos de IRRF, alíquota oficial)	1.419.000	1.122.000
Prescrição de dividendos e JSCP	(45.108)	—
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.502.977)	(1.869.081)
IRRF sobre JSCP de acionistas isentos/imunes	37.064	7.182
Saldos em 30 de junho	1.682.523	1.497.191
JSCP intermediários declarados (líquidos de IRRF, alíquota oficial)		1.742.500
Prescrição de dividendos e JSCP		(150.553)
Pagamentos de dividendos e JSCP		(318.321)
IRRF sobre JSCP de acionistas isentos/imunes		3.727
Saldo no final do exercício		2.774.544

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

19. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias, regulatórias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Notas Explicativas

19.a. Composição e movimentação

Em 30 de junho de 2026, as naturezas e as composições das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos são as mesmas da nota explicativa 20) Provisões e Contingências, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos.

	Controladora								
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento	Provisão para desmantelamento	Valores a restituir a clientes	Total
	Tributária	Regulatório	Cível	Trabalhista	Passivo contingente (PPA)				
Saldos em 31.12.2024	1.862.501	1.151.095	1.406.253	891.398	1.053.512	41.005	408.949	90.663	6.905.376
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	55.141	11.105	128.140	208.717	(9.324)	6.460	(6.873)	(90.663)	302.703
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(75.119)	(172.320)	—	—	—	—	3.808	—	(243.631)
Baixas por pagamento	(7.586)	(263)	(218.986)	(232.150)	—	(39)	—	—	(459.024)
Atualização monetária (nota 27)	52.264	44.336	66.634	113.607	47.474	—	7.153	—	331.468
Saldos em 30.06.2025	1.887.201	1.033.953	1.382.041	981.572	1.091.662	47.426	413.037	—	6.836.892
Ingressos (reversões), líquidos	51.229	4.937	127.715	168.760	(13.484)	(3.164)	(16.379)	—	319.614
Outros ingressos	—	—	—	—	—	—	6.194	—	6.194
Baixas por pagamento	(54.669)	(9.899)	(171.454)	(282.108)	—	(2.312)	—	—	(520.442)
Atualização monetária, líquida	85.234	44.971	91.024	93.818	63.954	—	7.076	—	386.077
Saldos em 31.12.2025	1.968.995	1.073.962	1.429.326	962.042	1.142.132	41.950	409.928	—	7.028.335
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	27.692	4.139	208.836	117.186	(8.126)	(12.573)	(4.861)	—	332.293
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(69.823)	—	—	—	—	—	7.356	—	(62.467)
Baixas por pagamento	(72.707)	(12.354)	(150.192)	(163.820)	—	(822)	—	—	(399.895)
Atualização monetária (nota 27)	(12.128)	27.554	92.052	70.403	79.157	—	2.650	—	259.688
Saldos em 30.06.2026	1.842.029	1.093.301	1.580.022	985.811	1.213.163	28.555	415.073	—	7.157.954
Saldos em 31.12.2025									
Circulante	79.768	55.651	745.614	659.582	—	41.950	—	—	1.582.565
Não circulante	1.889.227	1.018.311	683.712	302.460	1.142.132	—	409.928	—	5.445.770
Total	1.968.995	1.073.962	1.429.326	962.042	1.142.132	41.950	409.928	—	7.028.335
Saldos em 30.06.2026									
Circulante	105.630	70.088	925.409	658.401	658.089	28.555	—	—	2.446.172
Não circulante	1.736.399	1.023.213	654.613	327.410	555.074	—	415.073	—	4.711.782
Total	1.842.029	1.093.301	1.580.022	985.811	1.213.163	28.555	415.073	—	7.157.954

Notas Explicativas

Consolidado

	Provisões para demandas judiciais					Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento	Provisão para desmantelamento	Valores a restituir a clientes	Total
	Tributária	Regulatório	Cível	Trabalhista	Passivo contingente (PPA)				
Saldos em 31.12.2024	2.022.987	1.151.095	1.411.141	935.541	1.075.139	41.005	412.214	90.663	7.139.785
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	55.133	11.105	129.268	208.752	(9.324)	6.461	(9.542)	(90.663)	301.190
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(75.119)	(172.320)	—	2	(1.780)	—	3.808	—	(245.409)
Baixas por pagamento	(7.579)	(263)	(220.163)	(234.645)	—	(39)	—	—	(462.689)
Combinação de negócios – Samauma	4.189	—	—	4.572	2.368	—	—	—	11.129
Atualização monetária (nota 27)	56.624	44.336	66.406	114.265	48.259	—	7.153	—	337.043
Saldos em 30.06.2025	2.056.235	1.033.953	1.386.652	1.028.487	1.114.662	47.427	413.633	—	7.081.049
Ingressos (reversões), líquidos	51.448	4.937	128.718	169.242	(17.416)	(3.165)	(16.378)	—	317.386
Outros ingressos	—	—	—	—	1.780	—	6.194	—	7.974
Baixas por pagamento	(54.878)	(9.899)	(172.451)	(284.424)	(1.544)	(2.312)	—	—	(525.508)
Combinação de negócios – IPNET	(38.123)	—	—	(24.795)	—	—	—	—	(62.918)
Combinação de negócios – Samauma	595	—	—	(3.999)	94	—	—	—	(3.310)
Combinação de negócios – FiBrasil	—	—	—	1.528	24.065	—	—	—	25.593
Combinação de negócios – Cyber	1.663	—	—	158	—	—	—	—	1.821
Atualização monetária	88.131	44.971	91.746	92.355	64.994	—	7.075	—	389.272
Saldos em 31.12.2025	2.105.071	1.073.962	1.434.665	978.552	1.186.635	41.950	410.524	—	7.231.359
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	27.725	4.140	209.449	117.887	(8.126)	(11.977)	(5.457)	—	333.641
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(69.823)	—	—	—	—	—	7.356	—	(62.467)
Baixas por pagamento	(72.758)	(12.354)	(151.612)	(164.434)	—	(822)	—	—	(401.980)
Atualização monetária (nota 27)	(8.425)	27.553	91.837	70.593	78.585	—	2.650	—	262.793
Saldos em 30.06.2026	1.981.790	1.093.301	1.584.339	1.002.598	1.257.094	29.151	415.073	—	7.363.346

Saldos em 31.12.2025									
Circulante	89.274	55.651	749.193	662.626	8.166	41.950	596	—	1.607.456
Não circulante	2.015.797	1.018.311	685.472	315.926	1.178.469	—	409.928	—	5.623.903
Total	2.105.071	1.073.962	1.434.665	978.552	1.186.635	41.950	410.524	—	7.231.359

Saldos em 30.06.2026									
Circulante	115.217	70.088	928.422	660.993	665.664	29.151	—	—	2.469.535
Não circulante	1.866.573	1.023.213	655.917	341.605	591.430	—	415.073	—	4.893.811
Total	1.981.790	1.093.301	1.584.339	1.002.598	1.257.094	29.151	415.073	—	7.363.346

(1) Em 2025 ocorreram eventos relevantes nas movimentações das provisões tributárias e regulatórias: (i) tributárias: pela adesão da Companhia a programas de anistia tributária em vários estados da Federação, com ganhos pela reversão de despesas operacionais de provisão para contingências de R\$25.638 (nota 26), ganhos pela reversão de despesas financeiras de atualização monetária de provisões para contingências de R\$65.990 (nota 27) e assunção de dívida de R\$75.119 (nota 20) e; (ii) regulatórias: pela adesão ao programa Desenrola.
Em 2026 ocorreram eventos relevantes nas movimentações das provisões tributárias pelos parcelamentos de débitos federais: R\$62.822 de INSS/SAT e R\$7.001 de IPI, que foram transferidos para o grupo de “Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores”, nota 20.a.3.

19.b. Provisões e contingências tributárias

Adesão ao Programa de Anistia Tributária

Município de São Paulo – Leis nº 17.324/2020, Decreto nº 60.939/2021 e Portaria PGM nº 48/2023

A Prefeitura do Município de São Paulo, com fundamento nas Leis nº 5.172/66, nº 17.324/2020, no Decreto nº 60.939/2021 e na Portaria PGM nº 48/2023, instituiu a transação tributária de débitos municipais, programa destinado à liquidação e ao parcelamento de débitos tributários, com o objetivo de promover a regularização fiscal dos contribuintes por meio da concessão de descontos (“Programa Fique em Dia”).

Notas Explicativas

Com base nessas normas, foi publicado o Edital de Transação PGM nº 2/2025, que possibilitou o pagamento de débitos municipais com redução de até 95% dos juros e das multas, nos casos de pagamento à vista.

Em 23 de junho de 2026, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, aderiu ao Programa Fique em Dia em relação a um processo judicial envolvendo ISS, enquadrado nos requisitos do programa, com base no montante provisionado de R\$99.116, que, em razão dos benefícios concedidos pelo programa, foi reduzido para R\$31.710.

Com a adesão ao Programa Fique em Dia, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis da seguinte forma: (i) baixa do saldo de provisões para contingências em R\$99.116 (nota 19); (ii) pagamento em caixa de R\$31.710; (iii) efeitos no resultado: reversão de despesas financeiras de atualizações monetárias de provisões para contingências em R\$55.787 (nota 27) e reversão de despesas operacionais de provisões para contingências em R\$11.619 (nota 26).

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisões	1.842.029	1.968.995	1.981.790	2.105.071
Federais	677.947	700.738	816.006	835.180
Estaduais	410.635	494.960	412.337	496.594
Municipais	46.092	132.899	46.092	132.899
FUST	707.355	640.398	707.355	640.398
Contingências possíveis	52.070.993	50.649.037	52.557.622	51.086.071
Federais	4.440.009	5.775.198	4.469.286	5.803.304
Estaduais	35.779.028	33.476.863	35.790.569	33.477.423
Municipais	425.748	428.867	842.105	808.770
FUST, FUNTTEL e FISTEL	11.426.208	10.968.109	11.455.662	10.996.574

19.b.1. Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) compensação de FINSOCIAL; e (iv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de internet (dados); (vi) crédito de CIAP; (vii) substituição tributária; (viii) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF; e (ix) multa por descumprimento de obrigação acessória.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal relativas a ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

Notas Explicativas

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantém discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

19.b.2. Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatório (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) Stock Options exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de swap; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) serviços de valor agregado; e (b) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "Fixed access unit" (unidade de acesso fixo); (vi) exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS; e (vii) glosa de créditos de PIS e COFINS.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) co-billing; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) creditamento de bens destinados ao ativo imobilizado e transferências destes bens entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) discussões sobre a ativação de recargas no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes; (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) assinatura mensal com discussão sobre franquia de minutos; e (xxi) multa por descumprimento de obrigação acessória.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

Notas Explicativas

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.421.110 e R\$6.166.037 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.487.217 e R\$2.344.915 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.547.335 e R\$2.485.622 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

19.c. Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Controladora / Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Provisões	1.093.301	1.073.962
Contingências possíveis	3.343.021	3.237.934

19.c.1. Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são:

Notas Explicativas

- **Ônus:** Especificamente em relação ao pagamento de onerosidade aplicada ao Serviço Móvel Pessoal - SMP (ônus do SMP), existe um contencioso que discute quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável no ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis tanto na ANATEL em 2021, quanto na 1ª instância na justiça. Apesar da Companhia ter conseguido a reforma de uma das sentenças desfavoráveis, com o julgamento do Recurso de Apelação da Companhia em 2ª instância, tal decisão não é definitiva, tendo a ANATEL já recorrido. Além disso, a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL, a partir de 2022, razão pela qual entende-se que, por hora, tal provisão deverá ser mantida.
- **Direito Geral dos Usuários ("DGU"):** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas aos direitos dos usuários de serviços de telecomunicações, com relação às matérias relativas ao Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações ("RGC"), aprovado pela Resolução nº 632/2014, em especial no que tange à oferta de serviços, cobrança de valores, contestações, ressarcimento, entre outros.
- **Qualidade:** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões judiciais com relação aos serviços de telecomunicações oriundos das outorgas de SMP, SeAC e SCM, no que tange ao cumprimento dos indicadores que medem a qualidade desses serviços em âmbito nacional, a partir do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações ("RQUAL"), aprovado pela Resolução nº 717/2019.
- **Relação entre Prestadoras:** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais afetas à relação regulatória com outras prestadoras de serviços de telecomunicações no que tange à interconexão, EILD, e fornecimento de outros produtos de atacado.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$1.004.201 e R\$989.545 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Outros casos:

- A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais referentes a outros temas, como, por exemplo, interrupções dos serviços, obrigações regulatórias diversas, Ações Cíveis Públicas, dentre outras.
- Em 1º de outubro de 2024, a Companhia tomou ciência da instauração de um Procedimento de Acompanhamento e Controle ("PAC") de Ressarcimento para acompanhar o cumprimento da obrigação de reparação a consumidores identificados em um Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que está em tramitação.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$89.100 e R\$84.417 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

19.c.2. Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, sendo estes alguns dos casos relevantes dessa carteira de:

Notas Explicativas

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item c.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de SMP, tal como interconexão, SVA, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL. Em julho de 2024, o Conselho Diretor da ANATEL julgou o PAC referente ao cálculo de ônus do biênio 2016, atinente à prorrogação da radiofrequência associada ao SMP, cujo resultado foi parcialmente favorável à Companhia, na medida em que decidiu pela inclusão dos termos de menor abrangência na metodologia de cálculo, resultando em uma redução de valores. Nessa linha, a ANATEL já procedeu com o recálculo dos biênios de 2017, 2018 e 2022, para fazer constar os efeitos da decisão, restando os demais pendentes de recálculo por parte da ANATEL. Avalia-se que com prognóstico de perda possível do ônus do SMP o valor de aproximadamente R\$1.257.529 e R\$1.182.102 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.
- Processo judicial da Companhia para anular decisão do CADE, que entendeu que as operadoras (Claro, Oi Móvel e a Companhia) praticaram conduta anticompetitiva ao compor o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como que houve suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda ("BT"), aplicando multa no valor de R\$28.394, cujos montantes atualizados eram de R\$43.337 e R\$43.260 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Tal ação tem o objetivo de buscar a anulação da referida sanção, fundamentada especialmente em (i) a ausência de ilicitude na formação de consórcio para participação em licitação pública; (ii) ausência de tipicidade e impossibilidade de sancionamento por analogia e; (iii) ausência de critérios claros para o cálculo da sanção e a falta de razoabilidade. O processo está em primeira instância aguardando sentença.
- O PADO que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R\$127.741, cujos montantes atualizados eram de R\$193.118 e R\$184.486 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, pôde ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *ran sharing*, *swap*, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de anuência pela ANATEL, o cumprimento já realizado quanto à ativação e manutenção de estações rádio base dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- Em 1º de outubro de 2024, a Companhia tomou ciência da instauração de um Procedimento de Acompanhamento e Controle ("PAC") de Ressarcimento para acompanhar o cumprimento da obrigação de reparação a consumidores identificados em um Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que está em tramitação, cujos valores atualizados eram de R\$43.161 e R\$40.524 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$1.537.145 e R\$1.450.372 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Além dos casos específicos acima, a Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais ordinários e mandados de segurança que discutem, majoritariamente, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, principalmente em relação aos mesmos temas descritos na nota 19.c.1., sendo: Direito Geral dos Usuários ("DGU"), Qualidade, Metas de Cobertura e Relação entre Prestadoras. Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.331.338 e R\$1.315.968 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Notas Explicativas

Outros casos:

- A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais referentes a outros temas, como, por exemplo: interrupções dos serviços, obrigações regulatórias diversas, irregularidade técnica, pagamento de preço público pela aquisição de radiofrequência, indenização pela desocupação das faixas de frequência outrora outorgadas ao MMDS, Ações Cíveis Públicas, dentre outras.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atreladas a suspensão de serviços, não aumento de tarifas, reparos e manutenção de postes, e que não envolvem valor financeiro determinado, considerando que, na fase processual atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos ainda aguardam julgamento nos respectivos tribunais.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$474.538 e R\$471.594 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 respectivamente.

19.d. Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisões	1.580.022	1.429.326	1.584.339	1.434.665
Contingências possíveis	1.866.382	1.799.895	1.886.536	1.815.801

19.d.1. Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$102.663 e R\$133.322, respectivamente.
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista individual na esfera judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$252.228 e R\$250.015, respectivamente.
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista coletiva e não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$1.229.448 e R\$1.051.328, respectivamente.

19.d.2. Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.

Notas Explicativas

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por royalties, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, os pedidos foram julgados improcedentes. Sobreveio a interposição de apelação pelas partes. Em 1º de fevereiro de 2023, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (“TJDFT”) julgou os recursos de apelação interpostos e, à unanimidade, negou-lhes provimento, mantendo a sentença de improcedência. A Lune opôs, então, embargos de declaração, também desprovidos. Na sequência, foi interposto Recurso Especial pela Lune, não conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça. Sobreveio a interposição de agravo interno pela Lune, ainda não julgado. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. Com a criação do TRF da 6ª Região, a ação civil pública que, originalmente tramitou em Uberlândia/MG, foi remetida ao novo TRF, que negou provimento à remessa necessária, mantendo incólume a improcedência dos pedidos formulados pelo MPF, tendo a decisão do TRF da 6ª região já se tornado definitiva. Quanto à ação civil pública, que, originalmente, tramitou em Belém/PA, o próprio MPF, autor da ação, se manifestou recentemente no processo concordando com o pedido da Companhia para a extinção da ação, em razão da coisa julgada formada em ação coletiva anterior, com objeto idêntico, o que foi reconhecido pelo tribunal, com decisão já transitada em julgado. No que se refere à ação civil pública proposta pela OAB/SP em face da União Federal, ANATEL e operadoras, proferida sentença de extinção da ação. Não houve interposição de recurso por parte da OAB/SP, entretanto, considerando tratar-se de caso com duplo grau de jurisdição os autos foram para o Tribunal Regional Federal da terceira região, recebido na vice-presidência.

19.e. Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisões	985.811	962.042	1.002.598	978.552
Contingências possíveis	1.163.040	1.132.609	1.185.093	1.151.825

As provisões e contingências trabalhistas envolvem ações judiciais de natureza trabalhista, que envolvem ex-empregados próprios e ex-empregados terceirizados, estes últimos requerendo responsabilidade subsidiária ou solidária da Companhia. Além disso, reivindicam verbas como: diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

Notas Explicativas

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E OUTROS CREDORES

Em 30 de junho de 2026, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, são as mesmas da nota explicativa 21. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, exceto pelos ingressos de parcelamentos de débitos federais, descritos na nota 20.a.3.

20.a. Composição

	Consolidado					
	30.06.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos (a.1)	4.700.341	10.084.372	14.784.713	4.883.176	10.549.678	15.432.854
Debêntures (a.2)	152.749	2.941.671	3.094.420	161.453	2.905.512	3.066.965
Empréstimos e financiamentos	356.226	1.481.150	1.837.376	304.235	1.542.627	1.846.862
Licenças 5G	72.065	1.008.915	1.080.980	68.932	965.032	1.033.964
Passivos pela aquisição de sociedades	75.245	190.061	265.306	42.251	234.048	276.299
Programa de anistia tributária	120.945	205.687	326.632	158.295	247.010	405.305
Instituições financeiras	878	474	1.352	2.200	1.474	3.674
Outros credores (a.3)	87.093	76.013	163.106	32.557	95.063	127.620
Total	5.209.316	14.507.193	19.716.509	5.348.864	14.997.817	20.346.681

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R\$), exceto pelo contrato de mútuo celebrado em 26 de setembro de 2024, entre a controlada da Companhia - CloudCo Brasil e a Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefónica), que foi contratado em moeda estrangeira (euros).

20.a.1. Arrendamentos

As taxas médias anuais ponderadas consolidadas dos contratos de arrendamento eram de 12,86% e 12,92%, com prazos médios de vencimento de 4,80 anos e 4,86 anos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma consolidado dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Valor nominal a pagar	19.789.141	20.692.942
Despesa financeira não realizada	(5.004.428)	(5.260.088)
Valor presente a pagar	14.784.713	15.432.854
Circulante	4.700.341	4.883.176
Não circulante	10.084.372	10.549.678

Notas Explicativas

20.a.2. Debêntures

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como "*Sustainability-linked*", nos termos exigidos pela *International Capital Market Association nos Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

As debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado, padrão para esse tipo de oferta, conforme disposto na cláusula 6.30 de "Vencimento Antecipado" da Escritura de Emissão ("Escritura"), de forma automática ou não, tais como: (i) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na Escritura, não sanado nos prazos previstos na Escritura; (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia na forma prevista na Escritura; (iii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, na forma prevista na Escritura; (iv) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações financeiras da Companhia no âmbito do mercado financeiro e operações de mercado de capitais, local ou internacional, nos termos previstos na Escritura; (v) realizar a distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às debêntures; (vi) transferência, pela Companhia, por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridos ou assumidos nos documentos relativos às debêntures; (vii) redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto se para (a) absorção de prejuízos ou (b) distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, até o limite de 15% do capital social da Companhia, de forma individual ou agregada, na data de assinatura da Escritura de Emissão; e (viii) alienação de, ou constituição de ônus ou gravames sobre, ativos operacionais relevantes da Companhia, desde que representem, de forma individual ou agregada, 15% ou mais do ativo total da Companhia, com base nas Demonstrações Periódicas imediatamente anteriores à data do evento.

O não cumprimento de qualquer um dos *covenants* acima poderia resultar em inadimplemento sob a escritura da debenture, o que teria um efeito adverso material na situação financeira da Companhia. Estas cláusulas são rigorosamente acompanhadas pela Companhia, visando assegurar a conformidade com as obrigações contratuais e garantir a continuidade da debenture e manutenção da situação financeira da Companhia.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todos os *covenants* aplicáveis foram cumpridos pela Companhia.

Em 15 de abril de 2024, a FiBrasil emitiu em série única debêntures simples no valor de R\$865.000, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nos termos da Escritura de Emissão e do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não possuem qualquer garantia real ou pessoal adicional. Foram emitidas 865.000 debêntures com o valor unitário nominal de R\$1.000,00 (mil reais). O prazo total das debêntures é de 10 anos, com vencimento em abril de 2034, com valor nominal sujeito à atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Os pagamentos dos valores atualizados serão feitos em 5 parcelas anuais consecutivas, com início em abril de 2030 e término em abril de 2034.

Os juros remuneratórios das debêntures incidirão à taxa de 7,36% ao ano, calculados com base de 252 dias úteis, sobre o valor nominal atualizado das debêntures, corrigido pela variação do IPCA. O pagamento dos juros será efetuado semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em outubro de 2024 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures, em abril de 2034.

Com relação aos *covenants*, conforme escritura desta emissão, o indicador financeiro Dívida Líquida/EBITDA, deverá ser inferior ou igual a 3,5x.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todos os *covenants* aplicáveis foram cumpridos pela FiBrasil.

Notas Explicativas

20.a.3. Empréstimos e financiamentos - Outros Credores

No primeiro semestre de 2026, houve os ingressos de parcelamentos de débitos de tributos federais, conforme descritos a seguir:

Parcelamentos de débito federal (INSS/SAT): parcelamento de débitos relacionados ao Processo Judicial nº0013103-79.2013.4.03.6182 - INSS/SAT no montante de R\$62.822. Desse valor, foi efetuado o pagamento de R\$10.470 e o saldo remanescente de R\$52.352 serão pagos em parcelas mensais corrigidas pela Selic, com o vencimento da parcela final em novembro 2026. O saldo em 30 de junho de 2026 era de R\$52.352.

Parcelamentos de débito federal (IPI/II): parcelamento de débito relacionado ao Processo Judicial nº5014668-93.2011.4.04.7100 - IPI/II no montante de R\$7.001. Desse valor, foi efetuado o pagamento de R\$1.166 e o saldo remanescente de R\$5.833 serão pagos em parcelas mensais corrigidas pela Selic, com o vencimento da parcela final em outubro 2026. O saldo em 30 de junho de 2026 era de R\$4.702.

20.b. Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado							Total
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Instituições financeiras	Outros credores	
13 a 24 meses	3.530.639	2.000.000	72.065	54.224	107.653	474	73.566	5.838.621
25 a 36 meses	2.638.106	—	72.065	120.340	94.159	—	2.447	2.927.117
37 a 48 meses	1.766.389	—	72.065	7.390	3.875	—	—	1.849.719
49 a 60 meses	871.443	188.334	72.065	8.107	—	—	—	1.139.949
A partir de 61 meses	1.277.795	753.337	720.655	—	—	—	—	2.751.787
Total	10.084.372	2.941.671	1.008.915	190.061	205.687	474	76.013	14.507.193

Notas Explicativas

20.c. Movimentações

	Consolidado							
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Outros credores	Total
Saldos em 31.12.2024	15.246.606	3.695.214	1.004.970	4.886	233.349	444.362	117.143	20.746.530
Ingressos, com efeitos em caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	—	—	20.000	20.000
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	1.071.274	—	—	—	—	126.388	169.593	1.367.255
Variação cambial (nota 27)	—	—	—	—	—	—	100	100
Encargos financeiros / Fair value (nota 27)	835.779	246.664	45.247	392	9.781	23.470	17.456	1.178.789
Liquidação pela compensação de depósito judicial	—	—	—	—	—	(38.745)	—	(38.745)
Combinação de negócios – Samauma	—	—	—	11.921	58.000	—	—	69.921
Baixas (cancelamento de contratos)	(105.372)	—	—	—	—	—	—	(105.372)
Baixas (pagamentos) de principal	(1.721.960)	—	—	(10.897)	(26.058)	(67.065)	(80.452)	(1.906.432)
Baixas (pagamentos) de encargos	(773.924)	(210.154)	—	(392)	(3.240)	(12.805)	(15.841)	(1.016.356)
Saldos em 30.06.2025	14.552.403	3.731.724	1.050.217	5.910	271.832	475.605	227.999	20.315.690
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	2.628.863	—	—	—	—	3.378	(3.378)	2.628.863
Variação cambial	—	—	—	—	—	—	143	143
Encargos financeiros / Fair value	868.066	185.278	52.679	256	6.519	17.019	16.446	1.146.263
Combinação de negócios – Samauma	—	—	—	738	(13.549)	—	—	(12.811)
Combinação de negócios – FiBrasil	82.533	904.164	—	—	—	—	—	986.697
Combinação de negócios – CyberCo Brasil	—	—	—	—	16.332	—	—	16.332
Baixas (cancelamento de contratos)	(116.505)	—	—	—	—	—	—	(116.505)
Baixas (pagamentos) de principal	(1.600.071)	(1.500.000)	(46.437)	(2.849)	(4.451)	(68.646)	(103.138)	(3.325.592)
Baixas (pagamentos) de encargos	(982.435)	(254.201)	(22.495)	(381)	(384)	(22.051)	(10.452)	(1.292.399)
Saldos em 31.12.2025	15.432.854	3.066.965	1.033.964	3.674	276.299	405.305	127.620	20.346.681
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	1.239.035	—	—	—	—	—	69.823	1.308.858
Variação cambial (nota 27)	—	—	—	—	—	—	(4.223)	(4.223)
Encargos financeiros / Fair value (nota 27)	884.389	220.803	47.016	192	18.004	17.860	8.193	1.196.457
Baixas (cancelamento de contratos)	(43.752)	—	—	—	—	—	—	(43.752)
Baixas (pagamentos) de principal	(1.823.730)	—	—	(2.311)	(24.481)	(68.860)	(20.672)	(1.940.054)
Baixas (pagamentos) de encargos	(904.083)	(193.348)	—	(203)	(4.516)	(27.673)	(17.635)	(1.147.458)
Saldos em 30.06.2026	14.784.713	3.094.420	1.080.980	1.352	265.306	326.632	163.106	19.716.509

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Passivos contratuais (contratos com clientes) ⁽¹⁾	932.039	771.870	1.219.257	1.078.029
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados ⁽²⁾	53.306	56.121	53.729	56.130
Subvenções governamentais	670	1.180	670	1.180
Licenças de software (revenda) ⁽³⁾	—	—	234.266	159.506
Outras	7.807	7.828	7.918	7.820
Total	993.822	836.999	1.515.840	1.302.665
Circulante	851.475	711.283	1.291.411	1.076.293
Não circulante	142.347	125.716	224.429	226.372

Notas Explicativas

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e rooftops) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(3) Referem-se aos montantes de revenda de licenças de *software* da controlada indireta TIS.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23) ⁽¹⁾	824.036	824.723	824.036	824.723
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	808.262	777.083	818.254	786.546
Obrigações com a ANATEL ⁽²⁾	1.065.823	995.457	1.065.823	995.457
Retenções de terceiros ⁽³⁾	172.577	205.231	187.577	229.176
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	139.917	146.536	131.531	138.628
Obrigações com clientes - restituição	94.647	103.230	100.097	108.166
Outras obrigações	153.049	105.111	153.837	106.476
Total	3.258.311	3.157.371	3.281.155	3.189.172
Circulante	1.390.167	1.417.801	1.403.199	1.440.321
Não circulante	1.868.144	1.739.570	1.877.956	1.748.851

(1) Refere-se aos processos de grupamento e desdobramento de ações da Companhia (nota 23.a.2).

(2) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP).

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.a. Capital social

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), artigo 166, inciso IV o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

23.a.1) Reduções de Capital da Companhia

As informações sobre as reduções de capital da Companhia, ocorridas e eficazes em 4 de abril de 2024 (R\$1.500.000) e 17 de fevereiro de 2025 (R\$2.000.000), são as mesmas da nota explicativa 24.a.1) Redução de Capital da Companhia, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Das reduções de capital mencionadas acima, na data de encerramento destas ITRs individuais e consolidadas, a Companhia já havia pago em 2025, o montante líquido de IRRF de R\$3.408.907 aos titulares das ações identificados, restando o montante de R\$91.093 que permanecerão à disposição destes acionistas pelo prazo prescricional.

Notas Explicativas

Redução de capital em 2026

Em Fato Relevante divulgado em 12 de março de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a proposta de redução do capital social da Companhia, no valor de R\$4.000.000, sem o cancelamento de ações e mediante a restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., mantendo-se inalterado o número de ações emitidas e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia (“Redução”). Dado sua aprovação em AGE, a efetivação da redução de capital estava sujeita ao decurso do prazo de 60 dias contados a partir da publicação da respectiva ata, conforme previsto no artigo 174 da Lei das S.A.

Em 15 de maio de 2026, a Companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 9 de dezembro de 2025 e 12 de março de 2026, em 14 de maio de 2026, encerrou-se o prazo previsto no artigo 174 da Lei das S.A., de modo que a referida redução tornou-se completamente eficaz. Por consequência, o capital social da Companhia foi alterado de R\$60.071.416 para R\$56.071.416.

A Companhia realizou o pagamento desta Redução em 14 de julho de 2026, líquido de IRRF, em moeda corrente nacional, no valor de R\$1,25171862845 por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando um total de 3.195.606.352 ações ordinárias em que se divide o seu capital social, excluídas as 30.940.270 ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2025, considerando a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 22 de maio de 2026, sendo que após esta data, as ações de emissão da Companhia foram consideradas ex-direitos da restituição.

23.a.2) Grupamento e desdobramento de ações da Companhia

As informações sobre o Grupamento e Desdobramento de ações da Companhia, são as mesmas da nota explicativa [24.a.2\) Grupamento e Desdobramento de ações da Companhia](#), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Do grupamento e desdobramento de ações, mencionados acima, a data de encerramento destas ITRs individuais e consolidadas, a Companhia já havia pago R\$125.318 (R\$687 em 2026 e R\$124.631 em 2025) aos titulares das frações de ações identificados, remanescendo o montante de R\$824.036 à disposição dos titulares não identificados ou com dados cadastrais incompletos. Estes valores não estão sujeitos a atualização monetária.

Composição do Capital da Companhia

O capital social subscrito e integralizado era de R\$56.071.416 e R\$60.071.416 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, representado por ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	30.06.2026		31.12.2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	2.488.480.640	77,13 %	2.488.480.640	77,13 %
Telefônica	1.268.797.680	39,33 %	1.268.797.680	39,33 %
Telefônica Latinoamérica Holding	1.219.682.960	37,80 %	1.217.810.000	37,74 %
Telefônica Chile	—	— %	1.872.960	0,06 %
Outros acionistas	707.125.712	21,91 %	707.125.712	21,91 %
Ações em tesouraria	30.940.270	0,96 %	30.940.270	0,96 %
Total de ações emitidas	3.226.546.622	100,00 %	3.226.546.622	100,00 %
Ações em tesouraria	(30.940.270)		(30.940.270)	
Total de ações em circulação	3.195.606.352		3.195.606.352	

Valor patrimonial por ação em circulação:			
Em 30.06.2026	R\$	20,54	
Em 31.12.2025	R\$	21,51	

Notas Explicativas

Em 24 de fevereiro de 2026, a Telefônica Latinoamérica Holding adquiriu a participação acionária que a Telefônica Chile detinha da Companhia.

23.b. Programa de recompra de ações

Em 20 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou: (i) o encerramento, em 20 de fevereiro de 2026, do programa de recompra de ações de emissão da Companhia anteriormente em vigor (que fora aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025). Durante a vigência de referido programa, foram adquiridas 49.613.856 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais 34.740.770 foram canceladas em 24 de julho de 2025, sendo que o restante poderá ser mantido em tesouraria, cancelado ou alienado; e (ii) a criação de um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para os anos de 2026 e 2027.

O novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado em 20 de fevereiro de 2026, tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com a finalidade de incrementar valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra das ações será efetuada mediante a utilização de recursos disponíveis em reserva estatutária de lucros, podendo ser utilizado, ainda, o resultado apurado no exercício social em curso, nos termos do artigo 8º, § 1º, incisos I e II da Resolução CVM nº 77/2022. Observado o limite dos recursos disponíveis nos termos da Resolução CVM nº 77/2022, o valor máximo a ser utilizado no programa é de R\$1 bilhão.

Este programa teve início de vigência a partir de 23 de fevereiro de 2026 e terminará em 22 de fevereiro de 2027.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não efetuou a recompra de ações ordinárias.

23.c. Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos desta rubrica eram de R\$(371.190) e R\$(110.078) em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. A movimentação desta rubrica deve-se à transação de capital pela aquisição da parcela de acionistas não controladores da FiBrasil, nota 1.c.1.

23.d. Reservas de lucro

As informações das reservas de lucro são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item d, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, exceto pelas transferências de incentivos fiscais de R\$19.625.

Os saldos desta rubrica eram de R\$8.754.977 e R\$8.735.352 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

23.e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

23.e.1. Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2026

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia, foram declarados juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Resolução CVM nº 143/2022. Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 2027, conforme segue:

Notas Explicativas

Datas					
Aprovação	Crédito	Pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
12.02.2026	23.02.2026	30.04.2027	325.000	268.125	0,08390426431
13.03.2026	25.03.2026	30.04.2027	200.000	165.000	0,05163339342
15.04.2026	27.04.2026	30.04.2027	365.000	301.125	0,09423094300
15.05.2026	27.05.2026	30.04.2027	600.000	495.000	0,15490018027
15.06.2026	26.06.2026	30.04.2027	230.000	189.750	0,05937840244
Total			1.720.000	1.419.000	

Os valores líquidos demonstrados no quadro acima, consideram a alíquota padrão de 17,5%, podendo sofrer alterações em razão de tratados internacionais, imunidades e isenções tributárias, países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.

23.e.2. Juros sobre o Capital Próprio de 2025

Os detalhes das destinações do resultado são os mesmos divulgados na nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item e.1), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em 23 de fevereiro de 2026, a Companhia comunicou aos acionistas que sua Diretoria Estatutária deliberou fixar a data de 14 de abril de 2026, para o pagamento dos JSCP que foram declarados de abril a dezembro de 2025.

Em AGO realizada em 16 de abril de 2026, foram aprovadas as contas dos administradores, bem como foram examinadas, discutidas e votadas as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e Controle, do Parecer do Conselho Fiscal e da proposta de destinação do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

23.e.3. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei das S.A., os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos no montante de R\$45.108, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

23.f. Ajustes de avaliação patrimonial

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de ganhos ou perdas e de tributos, quando aplicável.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das informações trimestrais da Aliança (controle conjunto).

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de instrumentos patrimoniais (ações).

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Notas Explicativas

Controladora / Consolidado				
	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Ativos financeiros a valor justo	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldos em 31.12.2024	81.142	(9.287)	—	71.855
Perdas com conversão	(842)	—	—	(842)
Perdas com derivativos	—	—	(1.532)	(1.532)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo	—	1	—	1
Saldos em 30.06.2025	80.300	(9.286)	(1.532)	69.482
Ganhos com conversão	1.655	—	—	1.655
Perdas com derivativos	—	—	(46.063)	(46.063)
Perdas com ativos financeiros a valor justo	—	(21)	—	(21)
Saldos em 31.12.2025	81.955	(9.307)	(47.595)	25.053
Perdas com conversão	(13.374)	—	—	(13.374)
Ganhos com derivativos	—	—	23.265	23.265
Saldos em 30.06.2026	68.581	(9.307)	(24.330)	34.944

A seguir, demonstramos as movimentações consolidadas dos resultados abrangentes e suas respectivas contrapartidas nos grupos do balanço patrimoniais e da demonstração de resultado, quando aplicável:

		Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Ativos financeiros a valor justo	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldos em 31.12.2025		81.955	(9.307)	(47.595)	25.053
Perdas com a conversão de investimentos em empresa de controle conjunto sediada no exterior	Investimentos - Balanço patrimonial	(13.374)	—	—	(13.374)
Efeitos de valor justo	Operações com derivativos - Balanço patrimonial	—	—	25.028	25.028
Baixas de instrumentos cobertos	Operações com derivativos - Resultado operacional	—	—	10.222	10.222
IR e CS Diferidos	IR e CS Diferidos - Balanço patrimonial	—	—	(11.985)	(11.985)
Saldos em 30.06.2026		68.581	(9.307)	(24.330)	34.944

Notas Explicativas

23.g. Participação de acionistas não controladores

	FiBrasil	Vivo Ventures	CloudCo Brasil	Total
Patrimônio líquido em 31.12.2025	1.434.482	249.642	150.355	1.834.479
Companhia	1.233.653	244.649	75.194	1.553.496
Acionistas não controladores	200.829	4.993	75.161	280.983
Aportes de capital no patrimônio líquido no período	—	5.882	—	5.882
Companhia	—	5.764	—	5.764
Acionistas não controladores	—	118	—	118
Movimentos em resultado no período	(12.881)	(1.145)	(12.575)	(26.601)
Companhia	(9.660)	(1.124)	(6.288)	(17.072)
Acionistas não controladores	(3.221)	(21)	(6.287)	(9.529)
Aquisição de participação acionária no período	—	—	—	—
Companhia	197.608	—	—	197.608
Acionistas não controladores	(197.608)	—	—	(197.608)
Patrimônio líquido em 30.06.2026	1.421.601	254.379	137.780	1.813.760
Companhia ⁽¹⁾	1.421.601	249.289	68.906	1.739.796
Acionistas não controladores	—	5.090	68.874	73.964

(1) A posição patrimonial da FiBrasil do quadro acima, refere-se a 18 de maio de 2026, data da aquisição da parcela dos não controlares pela Companhia, nota 1.c.1.

23.h. Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Lucro líquido da Companhia (Controladora)	1.572.557	1.344.454	2.833.640	2.402.666
Participação de acionistas não controladores	(4.997)	(5.649)	(9.529)	(7.591)
IoTCo Brasil	—	423	—	1.489
FiBrasil	(961)	—	(3.221)	—
Vivo Ventures	(2)	(20)	(21)	97
CloudCo Brasil	(4.034)	(6.052)	(6.287)	(9.177)
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	1.567.560	1.338.805	2.824.111	2.395.075

23.i. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos períodos. A Companhia não detém ações potenciais dilúveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Lucro líquido do período	1.572.557	1.344.454	2.833.640	2.402.666
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	3.195.606	3.237.445	3.195.606	3.241.136
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	0,4921	0,4153	0,8867	0,7413

Notas Explicativas

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receita operacional bruta	21.228.251	19.470.444	41.998.198	38.570.690	22.124.112	20.239.280	43.796.308	40.048.543
Serviços ⁽¹⁾	19.166.951	17.707.591	37.701.659	34.904.144	19.971.956	18.388.422	39.315.303	36.255.584
Mercadorias ⁽²⁾	2.061.300	1.762.853	4.296.539	3.666.546	2.152.156	1.850.858	4.481.005	3.792.959
Deduções da receita operacional bruta	(6.216.175)	(5.495.316)	(12.284.183)	(10.835.636)	(6.366.712)	(5.594.188)	(12.581.893)	(11.013.178)
Tributos	(2.945.948)	(2.774.013)	(5.842.589)	(5.514.637)	(3.087.081)	(2.867.906)	(6.127.622)	(5.689.409)
Serviços	(2.538.710)	(2.439.787)	(5.011.392)	(4.827.863)	(2.660.531)	(2.512.631)	(5.260.178)	(4.966.975)
Mercadorias	(407.238)	(334.226)	(831.197)	(686.774)	(426.550)	(355.275)	(867.444)	(722.434)
Descontos concedidos e devoluções	(3.270.227)	(2.721.303)	(6.441.594)	(5.320.999)	(3.279.631)	(2.726.282)	(6.454.271)	(5.323.769)
Serviços	(2.749.916)	(2.196.063)	(5.354.619)	(4.230.079)	(2.749.931)	(2.196.061)	(5.354.673)	(4.230.077)
Mercadorias	(520.311)	(525.240)	(1.086.975)	(1.090.920)	(529.700)	(530.221)	(1.099.598)	(1.093.692)
Receita operacional líquida	15.012.076	13.975.128	29.714.015	27.735.054	15.757.400	14.645.092	31.214.415	29.035.365
Serviços	13.878.325	13.071.741	27.335.648	25.846.202	14.561.494	13.679.730	28.700.452	27.058.532
Mercadorias	1.133.751	903.387	2.378.367	1.888.852	1.195.906	965.362	2.513.963	1.976.833

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.
(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, simcards, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Notas Explicativas

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Período de três meses findo em				Período de três meses findo em			
	30.06.2026				30.06.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(2.460.156)	(1.722.467)	(339.916)	(4.522.539)	(2.395.510)	(1.536.627)	(289.599)	(4.221.736)
Depreciação e amortização	(3.238.130)	(440.817)	(225.026)	(3.903.973)	(3.045.406)	(421.159)	(213.270)	(3.679.835)
Pessoal	(285.776)	(874.634)	(351.515)	(1.511.925)	(288.469)	(863.199)	(349.602)	(1.501.270)
Custo das mercadorias vendidas	(1.139.623)	—	—	(1.139.623)	(945.210)	—	—	(945.210)
Impostos, taxas e contribuições	(528.682)	(8.322)	(12.478)	(549.482)	(447.023)	(6.213)	(18.428)	(471.664)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(368.566)	—	(368.566)	—	(357.625)	—	(357.625)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(346.735)	(19.550)	(13.900)	(380.185)	(360.302)	(19.696)	(13.128)	(393.126)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(42.066)	(33.224)	(15.966)	(91.256)	(22.408)	(29.926)	(16.685)	(69.019)
Total	(8.041.168)	(3.467.580)	(958.801)	(12.467.549)	(7.504.328)	(3.234.445)	(900.712)	(11.639.485)

	Controladora							
	Período de seis meses findo em				Período de seis meses findo em			
	30.06.2026				30.06.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(4.797.041)	(3.510.544)	(642.644)	(8.950.229)	(4.760.854)	(3.152.204)	(556.352)	(8.469.410)
Depreciação e amortização	(6.389.443)	(873.234)	(442.154)	(7.704.831)	(6.111.881)	(845.717)	(428.293)	(7.385.891)
Pessoal	(560.896)	(1.723.198)	(735.641)	(3.019.735)	(559.436)	(1.722.518)	(642.031)	(2.923.985)
Custo das mercadorias vendidas	(2.391.888)	—	—	(2.391.888)	(1.984.845)	—	—	(1.984.845)
Impostos, taxas e contribuições	(1.032.251)	(18.640)	(24.522)	(1.075.413)	(960.057)	(15.080)	(33.794)	(1.008.931)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(768.371)	—	(768.371)	—	(699.985)	—	(699.985)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(757.905)	(38.059)	(26.210)	(822.174)	(653.446)	(39.408)	(24.921)	(717.775)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(64.188)	(81.007)	(27.467)	(172.662)	(42.995)	(73.408)	(32.990)	(149.393)
Total	(15.993.612)	(7.013.053)	(1.898.638)	(24.905.303)	(15.073.514)	(6.548.320)	(1.718.381)	(23.340.215)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Período de três meses findo em				Período de três meses findo em			
	30.06.2026				30.06.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(2.890.718)	(1.722.834)	(349.873)	(4.963.425)	(2.784.517)	(1.537.561)	(302.465)	(4.624.543)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(3.307.798)	(443.081)	(232.848)	(3.983.727)	(3.049.171)	(424.795)	(214.994)	(3.688.960)
Pessoal	(374.608)	(911.164)	(399.187)	(1.684.959)	(364.139)	(884.778)	(384.424)	(1.633.341)
Custo das mercadorias vendidas	(1.172.251)	—	—	(1.172.251)	(988.412)	—	—	(988.412)
Impostos, taxas e contribuições	(555.278)	(9.248)	(12.815)	(577.341)	(456.136)	(6.858)	(18.584)	(481.578)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(405.083)	—	(405.083)	—	(403.087)	—	(403.087)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão ⁽²⁾	(236.546)	(18.473)	(16.084)	(271.103)	(360.530)	(19.069)	(13.991)	(393.590)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(44.211)	(32.263)	(16.642)	(93.116)	(23.472)	(30.148)	(17.214)	(70.834)
Total	(8.581.410)	(3.542.146)	(1.027.449)	(13.151.005)	(8.026.377)	(3.306.296)	(951.672)	(12.284.345)

	Consolidado							
	Período de seis meses findo em				Período de seis meses findo em			
	30.06.2026				30.06.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(5.688.725)	(3.494.349)	(665.601)	(9.848.675)	(5.510.552)	(3.152.680)	(587.343)	(9.250.575)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(6.532.047)	(877.764)	(457.731)	(7.867.542)	(6.119.623)	(852.798)	(431.515)	(7.403.936)
Pessoal	(732.747)	(1.792.835)	(826.897)	(3.352.479)	(707.817)	(1.765.130)	(708.068)	(3.181.015)
Custo das mercadorias vendidas	(2.451.164)	—	—	(2.451.164)	(2.053.959)	—	—	(2.053.959)
Impostos, taxas e contribuições	(1.085.835)	(20.399)	(24.788)	(1.131.022)	(971.648)	(15.726)	(34.878)	(1.022.252)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(839.697)	—	(839.697)	—	(787.144)	—	(787.144)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão ⁽²⁾	(538.710)	(35.695)	(30.644)	(605.049)	(653.697)	(38.175)	(26.868)	(718.740)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(66.694)	(72.582)	(28.557)	(167.833)	(44.963)	(73.313)	(34.370)	(152.646)
Total	(17.095.922)	(7.133.321)	(2.034.218)	(26.263.461)	(16.062.259)	(6.684.966)	(1.823.042)	(24.570.267)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$1.966.788 e R\$1.817.406 para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.c).

(2) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão. Inclui também, os valores de arrendamentos de pequeno valor de R\$2.370 e R\$2.250, para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Notas Explicativas

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Multas e despesas recuperadas	115.801	184.846	266.873	313.537
Provisões para demandas judiciais (nota 19) ⁽¹⁾	(181.039)	(211.475)	(349.727)	(393.779)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽²⁾	64.965	(89.236)	64.375	(153.517)
Total	(273)	(115.865)	(18.479)	(233.759)
Outras receitas operacionais	180.766	184.846	331.248	313.537
Outras despesas operacionais	(181.039)	(300.711)	(349.727)	(547.296)
Total	(273)	(115.865)	(18.479)	(233.759)

	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Multas e despesas recuperadas	115.705	185.132	267.738	314.287
Provisões para demandas judiciais (nota 19) ⁽¹⁾	(182.172)	(212.714)	(351.075)	(394.934)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽²⁾	57.191	(89.155)	55.013	(151.769)
Total	(9.276)	(116.737)	(28.324)	(232.416)
Outras receitas operacionais	172.896	185.132	322.751	314.287
Outras despesas operacionais	(182.172)	(301.869)	(351.075)	(546.703)
Total	(9.276)	(116.737)	(28.324)	(232.416)

(1) Em 2026 e 2025, inclui os montantes acumulados de R\$11.619 e R\$25.638, respectivamente, referente à reversão das despesas de provisões para demandas judiciais em decorrência da adesão a programas de anistia tributária (nota 19.b)

(2) Em 2026 inclui um ganho líquido acumulado de R\$287.862 pela venda de cobre, decorrente do processo em andamento da substituição da rede de cabos de cobre para uma rede de fibra óptica da Companhia, possibilitada pela migração do regime de concessão do STFC para o regime privado de autorização do STFC, concluída em 11 de abril de 2025.

Notas Explicativas

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receitas Financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	64.051	41.760	124.468	97.662
Receitas de aplicações financeiras	213.036	222.291	444.910	423.966
Receitas com variações cambiais e monetárias	66.916	52.573	123.011	130.054
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	40.555	57.371	74.616	138.093
Outras receitas financeiras	36.989	30.793	77.591	118.451
Total	421.547	404.788	844.596	908.226
Despesas Financeiras				
Encargos de financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) ⁽¹⁾	(541.599)	(593.413)	(1.095.423)	(1.159.867)
Despesas com variações monetárias de provisões para demandas judiciais (nota 19) ⁽²⁾	(103.533)	(157.449)	(257.038)	(324.315)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(78.307)	(69.756)	(179.641)	(158.760)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(242.888)	(236.308)	(474.374)	(405.998)
Despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(80.000)	6.216	(95.322)	(23.789)
Outras despesas financeiras	(42.415)	(43.880)	(87.650)	(88.802)
Total	(1.088.742)	(1.094.590)	(2.189.448)	(2.161.531)
Resultado financeiro, líquido	(667.195)	(689.802)	(1.344.852)	(1.253.305)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receitas Financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	92.537	56.817	173.590	115.393
Receitas de aplicações financeiras	230.382	236.746	481.759	451.641
Receitas com variações cambiais e monetárias	76.431	60.776	148.130	141.444
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	727	(1.642)	4.223	—
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	39.422	56.285	72.239	136.246
Outras receitas financeiras	39.776	31.287	77.809	119.694
Total	479.275	440.269	957.750	964.418
Despesas Financeiras				
Encargos de financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) ⁽¹⁾	(595.419)	(602.240)	(1.196.457)	(1.178.789)
Despesas com variações monetárias de provisões para demandas judiciais (nota 19) ⁽²⁾	(104.838)	(160.384)	(260.143)	(329.890)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(107.910)	(86.000)	(250.025)	(186.482)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(255.578)	(236.629)	(486.739)	(406.827)
Variações cambiais de financiamentos (nota 20)	—	(100)	—	(100)
Despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(84.650)	1.465	(104.662)	(28.327)
Outras despesas financeiras	(44.542)	(45.486)	(93.861)	(92.306)
Total	(1.192.937)	(1.129.374)	(2.391.887)	(2.222.721)
Resultado financeiro, líquido	(713.662)	(689.105)	(1.434.137)	(1.258.303)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$884.389 e R\$868.066 para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 20.c).

(2) Em 2026 e 2025, inclui os montantes de R\$55.787 e R\$65.990, respectivamente, referente à reversão das despesas de provisões para demandas judiciais em decorrência da adesão a programas de anistia tributária (nota 19.b)

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

28.a. Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e referem-se a:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
- Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
- Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
- Serviços compartilhados, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
- Plataforma *Adquira Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.

Notas Explicativas

- i) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de roaming.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional
- l) Alienação de bens
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Aluguel de prédios, circuito de dados ou infraestrutura.

Conforme descrito na nota 30. a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

Empresas		Balço Patrimonial – Ativo					
		30.06.2026			31.12.2025		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Natureza da transação							
Controladoras							
Telefónica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	—	—	1.647	—
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	—	—	3.117	—	—	2.199
Telefónica, S.A.	d)	—	4.369	107	—	4.369	111
		—	4.369	3.224	—	6.016	2.310
Outras empresas do grupo							
Telefónica Venezolana, C.A.	d) / k)	—	4	4.902	—	10.537	5.197
Terra Networks Mexico SA de CV	e)	—	567	—	—	1.174	—
Telefónica Global Solutions, S.L.U.	f) / k)	—	29.823	—	—	23.441	—
Telefónica Innovación Digital, S.L.	d)	—	—	12.793	—	—	9.608
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	d)	—	—	955	—	—	669
Telfisa Global B.V.	i)	11.915	—	—	16.694	—	—
Telxius Cable Brasil Ltda	a) / d) / f)	—	4.781	535	—	2.539	321
Celular De Telefonía SA de CV	d)	—	—	2.499	—	—	2.582
Telefónica Factoring do Brasil Ltda.	a) / b) / d)	—	156	1.851	—	1.795	55
Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A.	d)	—	—	2.462	—	—	1.598
Telefónica Hispanoamérica, S.A.	d)	—	—	2.015	—	—	2.077
Telefónica Móviles España, S.A.U.	k)	—	1.746	—	—	953	—
Outras		—	3.565	251	—	3.837	2.054
		11.915	40.642	28.263	16.694	44.276	24.161
Total		11.915	45.011	31.487	16.694	50.292	26.471
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		11.915	—	—	16.694	—	—
Contas a receber (nota 5)		—	45.011	—	—	50.292	—
Outros ativos (nota 11)		—	—	31.329	—	—	26.317
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		—	—	158	—	—	154

Notas Explicativas

		Balanço Patrimonial – Passivo			
		30.06.2026		31.12.2025	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
Telefónica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	900	—
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	771	—	—	1.205
Telefónica, S.A.	d) / e) / m)	8.472	127.563	11.490	124.541
		9.243	127.563	12.390	125.746
Outras empresas do grupo					
Telefónica Global Solutions Participações, Ltda	d) / e) / f) / j) / k)	63.078	325	60.099	318
Telefónica Compras Electrónicas, S.L.	g)	39.071	—	31.253	—
Telefónica Innovación Digital, S.L.	h)	105.262	—	38.503	—
Telefónica Venezolana, C.A.	d) / k)	138	1.639	11.037	1.742
Telefónica Global Solutions, S.L.U.	e) / f) / j) / k)	25.526	—	54.769	—
Telxius Cable Brasil Ltda	d) / f) / l)	20.554	1.572	44.993	10.354
Companhia AIX Participações Ltda	c)	—	48.982	2.867	60.481
Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A.	h)	35.719	—	33.477	—
Telefónica Global Technology S.A.	e)	45.476	—	1.750	—
Outras		31.932	433	28.613	468
		366.756	52.951	307.361	73.363
Total		375.999	180.514	319.751	199.109
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 16)		375.999	—	319.751	—
Arrendamento (nota 20)		—	29.858	—	25.608
Outros passivos (nota 22)		—	130.966	—	138.026
Passivo não circulante					
Arrendamento (nota 20)		—	19.125	—	34.873
Outros passivos (nota 22)		—	565	—	602

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados					
		Período de seis meses findo em					
		30.06.2026			30.06.2025		
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Controladoras							
Telefônica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	—	1.729	(1.694)	24
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	—	237	(50)	—	291	285
Telefônica, S.A.	d) / e) / m)	—	(279.303)	(1.017)	—	(272.150)	24.776
		—	(279.066)	(1.067)	1.729	(273.553)	25.085
Outras empresas do grupo							
Telefônica Global Solutions Participações, Ltda	a) / d) / e) / f) / j) / k) / n)	2.663	(38.748)	—	3.232	(33.334)	—
Telefônica Innovación Digital, S.L.	d) / e) / h)	—	(114.559)	4.394	—	(118.058)	9.289
Telefônica factoring do Brasil Ltda	a) / b) / d)	6	1.844	—	6	723	(2.331)
Telefônica Global Technology	e)	—	(36.454)	(962)	—	(34.583)	730
Telefônica Global Solutions, S.L.U.	e) / f) / j) / k)	18.170	(37.520)	1.148	16.546	(35.146)	1.111
Telxius Cable Brasil Ltda	a) / d) / e) / f) / l)	4.478	(53.667)	3.247	3.572	(139.161)	3.163
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda	a) / d) / e) / n)	—	—	—	429	(129.798)	—
Companhia AIX Participações Ltda	a) / c)	27	—	(3.320)	78	—	(4.865)
Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A.	d) / h)	—	(71.086)	2.274	—	(65.303)	5.852
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A.	a) / c) / d) / e) / f) / j) / n)	—	—	—	4.439	(206.586)	5.643
Telefônica Móviles Argentina, S.A.	k)	—	—	—	4.226	(2.603)	482
Telefônica Venezolana, C.A.	d) / k)	2	(16)	2.450	3	(53)	(381)
Outras		1.600	(52.805)	(406)	2.715	(54.598)	1.012
		26.946	(403.011)	8.825	35.246	(818.500)	19.705
Total		26.946	(682.077)	7.758	36.975	(1.092.053)	44.790

28.b. Remuneração dos administradores

Os montantes consolidados de remuneração pagos pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários foram de R\$38.122 e R\$47.435 para os trimestres findos 30 de junho de 2026 e 2025, respectivamente. Destes montantes, R\$20.206 (R\$26.139 em 30 de junho de 2025) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$17.916 (R\$21.296 em 30 de junho de 2025) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Os passivos dos planos são reconhecidos ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data do encerramento do exercício até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com pessoal (benefícios a empregados), nota 25. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente.

Notas Explicativas

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* (“TFSP”) e *Performance Share Plan* (“PSP”)), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A Companhia aprovou planos de incentivo (*Performance Share Plan* (“PSP VIVO”) via unidades de performance, com liquidação em caixa. Os participantes farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de uma ação de emissão da Companhia (VIVT3) (“Unidade” e “Ação”). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de uma Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 30) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os ciclos dos referidos planos em vigor em 30 de junho de 2026 eram:

Planos	Público (Dirigentes e Empregados)	Potencial de ações da Companhia a receber
Talent for the Future Share Plan (“TFSP”) - nível global	Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas	
Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	134 executivos ativos	247.000
Ciclo 2025-2027 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	128 executivos ativos	230.500
Performance Share Plan (“PSP”) - nível global	Vice-Presidentes e Diretores	
Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	102 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	909.398
Ciclo 2025-2027 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	114 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	943.133
Performance Share Plan (“PSP VIVO”) - nível local	Vice-Presidentes e Diretores	
Ciclo 2024-2026: (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	102 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	725.300
Ciclo 2025-2027: (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	113 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	975.417

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados dos passivos dos planos de remuneração em ações, incluindo tributos, eram de R\$147.934 e R\$154.736, respectivamente.

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica – Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, CloudCo Brasil, Cyber e FiBrasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
Visão Multi e Visão Telefônica	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, CloudCo Brasil, Cyber e FiBrasil

Notas Explicativas

Os detalhes sobre os planos informados acima são os mesmos divulgados na nota 31) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, apresentamos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.2024	157.046	(728.559)	(571.513)
Custo do serviço corrente	(476)	(4.605)	(5.081)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	(8.496)	(40.412)	(48.908)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	509	15.922	16.431
Distribuição de superávit – Plano PBS-A (montante bruto)	(37.289)	—	(37.289)
Saldos em 30.06.2025	111.294	(757.654)	(646.360)
Custo do serviço corrente	(486)	82.145	81.659
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	26.504	(36.949)	(10.445)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	184	6.148	6.332
Distribuição de superávit – Plano PBS-A (montante bruto)	125.858	—	125.858
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(11.665)	(79.074)	(90.739)
Distribuição de reservas	(68.782)	—	(68.782)
Combinação de negócios - aquisição da FiBrasil	—	(1.162)	(1.162)
Saldos em 31.12.2025	182.907	(786.546)	(603.639)
Custo do serviço corrente	(414)	(3.508)	(3.922)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	10.227	(42.249)	(32.022)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	436	14.049	14.485
Distribuição de reservas	(46.807)	—	(46.807)
Saldos em 30.06.2026	146.349	(818.254)	(671.905)

Saldos em 31.12.2025			
Ativo circulante	85.323	—	85.323
Ativo não circulante	97.584	—	97.584
Passivo circulante	—	(27.325)	(27.325)
Passivo não circulante	—	(759.221)	(759.221)

Saldos em 30.06.2026			
Ativo circulante	73.976	—	73.976
Ativo não circulante	72.373	—	72.373
Passivo circulante	—	(27.325)	(27.325)
Passivo não circulante	—	(790.929)	(790.929)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

31.a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza contratações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo principal de proteger-se contra riscos de variação da inflação nos contratos de arrendamento indexados ao IPCA, bem como contra riscos cambiais relacionados a passivos em moeda estrangeira. Não são utilizados instrumentos derivativos para fins especulativos, e os riscos cambiais existentes estão devidamente cobertos (hedgeados).

Notas Explicativas

Além disso, a Companhia implementou um programa de *hedge* para mitigar a volatilidade do fluxo de caixa decorrente das oscilações no preço do cobre. Essas operações foram realizadas por meio de contratos de NDFs com vencimentos mensais até 2027, visando proteger parte do volume projetado de vendas. Considerando as características dessas operações e sua aderência às exigências previstas na norma aplicável, a Companhia adotou a metodologia de *hedge accounting*, na modalidade *cash flow hedge*, para estas operações. Em situações em que a transação prevista não é mais esperada, o ganho ou perda acumulado e os custos de *hedge* diferidos anteriormente e reconhecidos no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado financeiro.

A Companhia mantém derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa para proteger a receita futura de cobre prevista para os próximos 24 meses. Os contratos, referenciados ao preço do cobre em reais (LME*PTAX), possuem valor médio contratado de R\$68.006 por tonelada, foram contratados 16 mil toneladas considerando o índice de *hedge* de 0:5 da expectativa de venda.

Os efeitos de *hedge* são reconhecidos em outros resultados abrangentes (reserva de *hedge*) no patrimônio líquido e serão transferidos para o resultado à medida que a receita protegida afetar o desempenho financeiro. Caso a extração não ocorra nas datas previstas, os contratos podem ser rolados por até três vezes. Ultrapassado esse limite, os valores são reclassificados para o resultado financeiro.

A principal fonte de inefetividade é o risco de não extração do cobre nas datas previstas. O teste qualitativo de efetividade em 30 de junho de 2026 confirmou que o *hedge* permaneceu efetivo, dada a correlação de 100% entre o item coberto e o derivativo uma vez que os dois possuem o mesmo índice de atualização.

Em 30 de junho de 2026, para fins de avaliação da efetividade da relação de *hedge*, a variação acumulada do valor intrínseco dos instrumentos de *hedge* em aberto desde o início da relação totalizou R\$35.403. De forma correspondente, a variação do item objeto de *hedge* também totalizou R\$35.403. Dessa forma, não foram identificadas perdas materiais decorrentes de operações com instrumentos derivativos a serem consideradas no resultado financeiro do período.

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos ou designados como *hedge* de valor justo em seu portfólio ativo.

31.a.1. Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Notas Explicativas

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Controladora / Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
			Valor a receber (a pagar)	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Contratos de swaps				
<u>Ponta Ativa</u>	1.919.132	1.945.120	120.438	118.083
<u>Moeda estrangeira</u>	914.944	626.540	2.308	1.406
US\$(¹)	764.452	509.245	2.308	1.406
EUR(¹)	83.557	117.295	—	—
NDF US\$(³)	66.935	—	—	—
<u>Taxa pós</u>	189.938	221.461	116	—
CDI(¹)	144.947	176.470	116	—
Euribor(⁴)	44.991	44.991	—	—
<u>Taxa pré</u>	764.802	1.048.500	—	—
NDF Cobre(⁵)	764.802	1.048.500	—	—
<u>Índices de inflação</u>	49.448	48.619	118.014	116.677
IPCA(²)	49.448	48.619	118.014	116.677
<u>Ponta Passiva</u>	(1.919.132)	(1.945.120)	(164.688)	(198.658)
<u>Taxa pós</u>	(942.448)	(720.150)	(126.904)	(122.069)
CDI(¹)(²)	(942.448)	(720.150)	(126.904)	(122.069)
<u>Taxa pré</u>	(66.935)	—	(2.216)	—
NDF US\$(³)	(66.935)	—	(2.216)	—
<u>Commodities</u>	(764.802)	(1.048.500)	(35.403)	(72.868)
NDF Cobre(⁵)	(764.802)	(1.048.500)	(35.403)	(72.868)
<u>Moeda estrangeira</u>	(144.947)	(176.470)	(165)	(3.721)
US\$(¹)	(144.947)	(154.230)	(165)	(3.434)
EUR(¹)	—	(22.240)	—	(287)
Ponta ativa			87.613	16.328
Circulante			55.695	7.706
Não Circulante			31.918	8.622
Ponta passiva			(131.863)	(96.903)
Circulante			(84.175)	(53.044)
Não Circulante			(47.688)	(43.859)
Valores a pagar, líquidos			(44.250)	(80.575)

(1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$83.557) e (dólar e CDI x dólar) (R\$619.505) – operações de swap contratadas com vencimentos até 24 de agosto de 2026, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$232 a pagar e de R\$849 a receber, respectivamente).

Notas Explicativas

- (2) Swap IPCA x CDI (R\$49.448) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger contra o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$4.423 a pagar).
- (3) Operações a termo contratadas (NDF dólar x R\$) (R\$66.935), operações contratadas com vencimentos até 11 de dezembro de 2026 objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$2.216 a pagar).
- (4) Swap euribor x CDI (R\$44.991) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2027 com o objetivo de proteger contra o risco de variação do euribor (valor contábil de R\$2.825 a pagar).
- (5) NDF Cobre x Pré (R\$764.802 - LME em Reais * Toneladas contratadas) – Operações de NDF de cobre contratadas para proteger as receitas futuras de vendas contra a variação do preço do cobre na LME em relação ao Real. (valor contábil R\$35.403 a pagar) A operação está designada para *hedge* de fluxo de caixa.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 30 de junho de 2026:

Contrato de swap	Consolidado						Valor a receber (pagar) em 30.06.2026
	Vencimento em						
	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 61 meses	
IPCA x CDI	4.560	4.641	4.055	3.310	2.944	(23.933)	(4.423)
Euribor x CDI	—	(2.825)	—	—	—	—	(2.825)
Moeda Estrangeira x CDI	666	—	—	—	—	—	666
NDF Cobre x Pré	(31.441)	(3.962)	—	—	—	—	(35.403)
NDF US\$ x Pré	(2.216)	—	—	—	—	—	(2.216)
CDI x Moeda Estrangeira	(49)	—	—	—	—	—	(49)
Total	(28.480)	(2.146)	4.055	3.310	2.944	(23.933)	(44.250)

Para a elaboração destas demonstrações financeiras, a Companhia adota a metodologia de mensuração a valor justo para os swaps de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI, utilizados na cobertura de dívidas financeiras. Nessa abordagem, somente os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo, enquanto as dívidas financeiras relacionadas permanecem registradas pelo custo amortizado.

Adicionalmente, nas operações de NDF de cobre, a Companhia aplica a estratégia de *hedge* de fluxo de caixa. As variações no valor justo desses derivativos são registradas em Outros Resultados Abrangentes e, à medida que as vendas são realizadas, são reclassificadas para Outras Receitas Operacionais, na demonstração do resultado

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativos de R\$76.435 e R\$71.089, respectivamente (nota 27).

31.a.2. Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

As companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de junho de 2026.

Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	127.136	158.920	190.704
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(133.497)	(166.871)	(200.245)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	6.299	7.873	9.448
	Exposição Líquida	(62)	(78)	(93)
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	686.022	857.528	1.029.034
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(795.827)	(994.784)	(1.193.740)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	108.928	136.159	163.391
	Exposição Líquida	(877)	(1.097)	(1.315)
<i>Hedge</i> de Cobre (ponta passiva)	Derivativos (Risco alta do Cobre)	(35.403)	(44.254)	(53.105)
Receita futura de Cobre	Dívidas (Risco queda do Cobre)	35.403	44.254	53.105
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	24.730	14.454	8.153
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(24.730)	(14.454)	(8.153)
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda Euribor)	2.825	3.531	4.237
Opex em Euribor	Opex (Risco aumento Euribor)	(2.825)	(3.531)	(4.237)
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta CDI)				
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	165	148	170
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(27.429)	(34.286)	(41.143)
	Exposição líquida	(27.264)	(34.138)	(40.973)
Exposição líquida total em cada cenário		(28.203)	(35.313)	(42.381)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		—	(7.110)	(14.178)

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2026, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos e o item protegido de estruturas designadas sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo, foram considerados pelo seu valor justo.

Notas Explicativas

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de junho de 2026 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,18	6,47	7,76
EUR	5,90	7,37	8,85
IPCA	5,00 %	6,28 %	7,59 %
IGPM	3,16 %	3,97 %	4,78 %
CDI	14,15 %	17,69 %	21,23 %
Euribor	2,22 %	2,78 %	3,34 %
Preço do Cobre (Tonelada) - US\$	13.341	16.676	20.012

31.b. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo, sendo: (i) Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração; (ii) Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

Notas Explicativas

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		8.008.724	6.538.941	8.008.724	6.538.941
Contas a receber (nota 5)	1		9.851.714	10.082.818	9.851.714	10.082.818
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	54.472	7.605	54.472	7.605
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		178.488	192.472	178.488	192.472
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil (nota 11)	1		1.719	1.821	1.719	1.821
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		106.645	100.293	106.645	100.293
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		52.950	40.934	52.950	40.934
Contas a receber (nota 5)	1		446.475	241.571	446.475	241.571
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	30.996	6.147	30.996	6.147
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		81.549	280.619	81.549	280.619
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil (nota 11)	1		45.009	45.009	45.009	45.009
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		49.874	58.952	49.874	58.952
Total de ativos financeiros			18.908.615	17.597.182	18.908.615	17.597.182
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	1		9.548.666	9.479.701	9.548.666	9.479.701
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		250.064	227.226	250.064	227.226
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	4.679.236	4.861.423	4.679.236	4.861.423
Debêntures (nota 20.a)	1		141.762	150.438	141.762	150.438
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23.a)	1		824.036	824.723	824.036	824.723
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	63.605	4.938	63.605	4.938
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	20.331	47.595	20.331	47.595
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		93.843	83.558	93.843	83.558
Redução de capital da Companhia (nota 23.a)	1		4.055.053	91.093	4.055.053	91.093
Valores a restituir a clientes (nota 22)	1		94.647	103.230	94.647	103.230
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		139.122	145.706	139.122	145.706
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		1.214.603	1.212.043	1.214.603	1.212.043
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	10.032.229	10.493.488	10.032.229	10.493.488
Debêntures (nota 20.a)	1		2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	43.940	35.428	43.940	35.428
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		971.980	911.899	971.980	911.899
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		795	830	795	830
Total de passivos financeiros			34.173.912	30.673.319	34.173.912	30.673.319

Notas Explicativas

			Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		8.484.361	7.032.339	8.484.361	7.032.339
Aplicações financeiras (nota 4)	1		91.807	99.102	91.807	99.102
Contas a receber (nota 5)	1		10.496.016	10.619.617	10.496.016	10.619.617
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	55.695	7.706	55.695	7.706
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		178.488	192.472	178.488	192.472
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		31.329	26.317	31.329	26.317
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		53.325	41.308	53.325	41.308
Contas a receber (nota 5)	1		489.493	283.502	489.493	283.502
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	31.918	8.622	31.918	8.622
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		81.549	280.619	81.549	280.619
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		158	154	158	154
Total de ativos financeiros			19.994.139	18.591.758	19.994.139	18.591.758
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	1		10.024.019	9.861.294	10.024.019	9.861.294
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		356.226	304.235	356.226	304.235
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	4.700.341	4.883.176	4.700.341	4.883.176
Debêntures (nota 20.a)	1		152.749	161.453	152.749	161.453
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23.a)	1		824.036	824.723	824.036	824.723
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	63.844	5.449	63.844	5.449
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	20.331	47.595	20.331	47.595
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		93.843	83.558	93.843	83.558
Redução de capital da Companhia (nota 23.a)	1		4.055.053	91.093	4.055.053	91.093
Valores a restituir a clientes (nota 22)	1		100.097	108.166	100.097	108.166
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		130.966	138.026	130.966	138.026
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		1.481.150	1.542.627	1.481.150	1.542.627
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	10.084.372	10.549.678	10.084.372	10.549.678
Debêntures (nota 20.a)	1		2.941.671	2.905.512	2.941.671	2.905.512
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	47.688	43.859	47.688	43.859
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		971.980	911.899	971.980	911.899
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		565	602	565	602
Total de passivos financeiros			36.048.931	32.462.945	36.048.931	32.462.945

Notas Explicativas

Classificação por categoria: (1) Custo amortizado; (2) Mensurado a valor justo por meio do resultado; e (3) Mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

31.c. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores e instrumentos financeiros derivativos líquidos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (FIDC Vivo Pay e SCD), contrato de mútuo com a controlada CloudCo Brasil e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Pay).

31.d. Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

31.d.1. Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações, sendo: (i) US\$132.693 mil e €21.566 mil a pagar em 30 de junho de 2026; e (ii) US\$64.147 mil, €21.529 mil e £5 mil a pagar em 31 de dezembro de 2025, para minimizar seus riscos cambiais.

31.d.2. Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$8.359.290 e R\$6.945.770 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

31.d.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros de modo a não afetar a sua liquidez.

Notas Explicativas

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados inclui os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

Com objetivo de minimizar o risco de liquidez e garantir o cumprimento das obrigações, a política de investimento do caixa livre da Companhia prioriza instrumentos indexados ao CDI (taxa pós fixada), com liquidez diária e contrapartes cujo *rating* de crédito e/ou seu "*balance scorecard*" indique baixo risco de crédito. Além disso, a política de investimento estabelece limites de diversificação para contrapartes, o que traz maior confiabilidade sobre a capacidade da Companhia honrar seus compromissos de pagamento.

31.d.4. Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados referente a prestação de serviços e venda de aparelhos e equipamentos a seus clientes B2C e B2B e rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes e constante análise de risco. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Para a base de clientes móveis na modalidade pré-pago, a qual requer carregamento antecipado, não há risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

31.d.5. Risco de taxa de câmbio e de commodity

A Companhia está exposta às oscilações da taxa de câmbio atrelado ao risco de *commodity* decorrentes da receita futura das vendas de cobre, uma vez que tanto o preço internacional do metal quanto a cotação da moeda estrangeira podem impactar o valor a receber. Variações adversas nesses mercados podem reduzir a receita em reais e aumentar a volatilidade dos resultados.

Para mitigar esses riscos, foram contratadas operações de *hedge* com derivativos financeiros, destinadas a proteger simultaneamente a exposição cambial e a exposição ao preço do cobre. Essas operações visam manter maior previsibilidade no fluxo de caixa do projeto e minimizar os impactos das oscilações de mercado.

O montante coberto, correspondente a 16 mil toneladas, é ajustado conforme a dinâmica das vendas previstas e a evolução das condições do mercado, garantindo alinhamento contínuo entre o volume protegido e a exposição efetiva da Companhia.

31.d.6. Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2026, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$106.000 para responsabilidade civil geral.

A Administração da Companhia considera a cobertura de seguro suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento consolidadas dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

	Consolidado							Saldos em 30 de junho de 2026
	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
		Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos	Combinação de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.774.544	(2.502.977)	—	—	—	—	1.410.956	1.682.523
Empréstimos e financiamentos	1.846.862	(116.324)	(50.027)	87.042	69.823	—	—	1.837.376
Arrendamentos	15.432.854	(1.823.730)	(904.083)	884.389	1.195.283	—	—	14.784.713
Debêntures	3.066.965	—	(193.348)	220.803	—	—	—	3.094.420
Grupamento e desdobramento de ações	824.723	(687)	—	—	—	—	—	824.036
Reembolso aos acionistas - Redução de capital	91.093	—	—	—	—	—	3.963.960	4.055.053
Instrumentos financeiros derivativos	80.575	(77.511)	(10.143)	51.329	—	—	—	44.250
Total	24.117.616	(4.521.229)	(1.157.601)	1.243.563	1.265.106	—	5.374.916	26.322.371

	Consolidado								
	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				Saldos em 30 de junho de 2025
		Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos	Combinação de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.237.090	—	(1.869.081)	—	—	—	—	1.129.182	1.497.191
Empréstimos e financiamentos	1.804.710	20.000	(184.472)	(32.278)	96.446	257.236	69.921	—	2.031.563
Arrendamentos	15.246.606	—	(1.721.960)	(773.924)	835.779	965.902	—	—	14.552.403
Debêntures	3.695.214	—	—	(210.154)	246.664	—	—	—	3.731.724
Instrumentos financeiros derivativos	(6.095)	—	(60.214)	(596)	74.006	—	—	—	7.101
Total	22.977.525	20.000	(3.835.727)	(1.016.952)	1.252.895	1.223.138	69.921	1.129.182	21.819.982

Notas Explicativas

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

33.a. Compromissos contratuais

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de junho de 2026, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

Períodos	Consolidado
1 a 12 meses	782.475
13 a 24 meses	674.997
25 a 36 meses	638.402
37 a 48 meses	537.177
49 a 60 meses	318.583
A partir de 61 meses	1.444.024
Total	4.395.658

33.b. Garantias

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas tinham garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia ⁽¹⁾	30.980.729
Cartas fiança ⁽²⁾	10.199.187
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	3.043.932
Imóveis e equipamentos (nota 13.d)	9.402
Aplicações financeiras - Processos judiciais e Sudene	53.325
Total	44.286.575

(1) Referem-se a valores de seguros contratados para garantir a continuidade da discussão de processos judiciais (nota 19).

(2) Inclui a contratação de garantias decorrentes do Acordo de Autocomposição para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC, concluído em 2025.

34. OUTROS ASSUNTOS

34.a. Riscos Ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se a Companhia ou seus parceiros de negócio não conseguirem cumprir requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000, cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

Notas Explicativas

As mudanças climáticas representam uma série de riscos sistêmicos (ambientais, financeiros e socioeconômicos) potenciais para operadoras de telecomunicações, como a Companhia, tanto do ponto de vista regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos, como: tempestades, ciclones, inundações, queimadas e ondas de calor podem danificar, suspender ou interromper as operações de transmissão da Companhia por um período indeterminado. Caso ocorra uma sucessão de eventos climáticos extremos, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais dos equipamentos de rede da Companhia, podendo provocar falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumentar a probabilidade de interrupções do serviço, gerando riscos reputacionais e financeiros. Por esse motivo, é essencial o resfriamento dos equipamentos para garantir a operação adequada da Companhia. Em casos mais graves, o risco de incêndios também pode se elevar. Como resultado, o aquecimento global, pode aumentar nossas demandas por refrigeração e uso de energia, elevando nossos custos operacionais.

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é dependente do consumo de eletricidade para suas redes, de modo que, variações nos preços da eletricidade são sensíveis ao setor, podendo ter um impacto significativo nas despesas operacionais da Companhia relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo, no horizonte de 2030.

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia realiza diagnósticos sobre os riscos físicos e de transição, promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável e geração distribuída de energia, além de ter uma área de Resiliência Corporativa, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation ("GBC")*, que é responsável por garantir que a empresa esteja preparada para enfrentar imprevistos, minimizar impactos e manter a continuidade das operações em situações adversas.

34.b. Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 11.129/2022, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários, mais especificamente ao *US Foreign Corrupt Practice Act – FCPA* de 1977.

Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação e outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para prevenir, detectar e remediar o descumprimento dessas legislações por conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia e desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu Programa de *Compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança robusta que garanta uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

Como evidência da maturidade e da efetividade de seu Programa de Compliance, a Companhia foi reconhecida, em 2023 e novamente em 2026, como uma Empresa Pró-Ética, iniciativa da Controladoria-Geral da União ("CGU") e do Instituto Ethos que distingue organizações comprometidas com a adoção voluntária de medidas de integridade voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção, fraude, violações socioambientais e desrespeito aos direitos humanos. Complementando esse compromisso, a Companhia recebe anualmente, desde 2020, a certificação DSC 10.000, atualmente válida até 12 de dezembro de 2026. Além disso, em 2024, foi reconhecida na primeira edição do *Leaders League Compliance Summit & Awards Brasil* por possuir o melhor "Departamento de Compliance em Telecomunicações e Tecnologia" e, em 2025, recebeu o prêmio de "Programa de Compliance do Ano" pela mesma organização.

Notas Explicativas

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.a. Incorporação da CyberCo Brasil pela TIS

Em 1º de julho de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta mesma data, a Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, incorporou a Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberCo Brasil"), sociedade integralmente controlada pela TIS, a qual foi consequentemente extinta ("Incorporação").

A Incorporação consistiu em uma reorganização societária e operacional a fim de promover benefícios de ordem administrativa e econômica mediante a simplificação de estruturas operacionais, redução de custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pela CyberCo Brasil e pela TIS e aproveitamento de sinergias internas. Além disso, a Incorporação foi realizada com base no valor contábil do acervo líquido da CyberCo Brasil e não gerou qualquer alteração ao capital social da TIS nem à participação societária que a Companhia possui indiretamente nesta.

Por fim, como consequência da Incorporação, a TIS sucede a CyberCo Brasil em todos os ativos, passivos, direitos e obrigações.

35.b. Crédito de Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião realizada em 16 de julho de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a declaração de juros sobre o capital próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R\$500.000, equivalente a R\$0,15646482856 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 17,5%, resultando no montante líquido de R\$412.500, equivalente a R\$0,12908348356 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2026. O valor líquido por ação, considera a alíquota padrão de 17,5%, podendo sofrer alterações em razão de tratados internacionais, imunidades e isenções tributárias, países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2027.

O pagamento destes proventos será realizado até 30 de abril de 2027, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia, sendo creditados individualmente a cada acionista, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 27 de julho de 2026. Após esta data as ações serão consideradas "ex -juros".

Os valores dos JSCP por ação poderão sofrer ajustes considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 27 de julho de 2026 em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia relativas ao segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 23 de julho de 2026.

Rodrigo Rossi Monari
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas na minuta do relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia relativas ao segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2026, sem ressalvas, o qual será assinado, sem alterações, após a aprovação do ITR pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 23 de julho de 2026.

Rodrigo Rossi Monari
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores